A dinâmica da expansão urbana de Belo Horizonte no quadro da modernização econômica: uma nova abordagem com base em Processos Trabalhistas para as décadas de 1940 a 1960

Eduardo Matias Campos (Face-UFMG)
Marcelo Magalhães Godoy (Face-Cedeplar-UFMG)

Palavras-chave: Belo Horizonte-MG, 1940-1970, economia urbana, processos trabalhistas, expansão da malha urbana

Resumo: A pesquisa divide-se em duas etapas fundamentais: i. descrição e análise das características primordiais da dinâmica da ocupação do espaço urbano em Belo Horizonte; ii. discussão sobre a adequação de determinadas proposições dos modelos da *New Urban Economics* ao caso de Belo Horizonte. A base de dados foi construída com informações recolhidas em Processos Trabalhistas, para o período 1941 a 1970, e desdobrou-se na elaboração de representações cartográficas que espelham o processo de expansão urbana de Belo Horizonte, notadamente a relação entre os espaços produtivos e residenciais.

Introdução

Os traços desenhados por Aarão Reis, que presidiu a Comissão Construtora de Belo Horizonte, contemplavam uma cidade planejada, imersa em significados e aspirações, que se constituiria na nova capital de Minas Gerais e que atenderia de 200 a 250 mil habitantes. Cumprindo o proposto pela Comissão Construtora, em 12 de Dezembro de 1897 era inaugurada a cidade de Belo Horizonte (IGLÉSIAS, 1987). Pouco mais de quarenta anos foram suficientes para suplantar o planejamento e idealização em torno das características primordiais da nova capital. Planejada para atender população que não extrapolasse 250 mil habitantes, Belo Horizonte já contava, em 1940, com população de 214.307 indivíduos e, ao final da década, a marca tratada como limite já estava largamente superada. Se focalizada a questão do planejamento das áreas urbanas, suburbanas e rurais de Belo Horizonte, os planos tão meticulosamente elaborados pela Comissão Construtora perderam validade em apenas duas décadas. A ocupação, por parte dos trabalhadores que se dedicaram à construção da cidade, de áreas suburbanas não compreendidas pela planta oficial da nova capital, já era suficiente para apontar a impossibilidade de se controlar o processo de apropriação do espaço urbano belo horizontino para fins residenciais (MATOS, 1992).

A suplantação dos planos que deveriam orientar o processo de desenvolvimento de Belo Horizonte, bem como o crescimento acelerado da população e do espaço urbano da cidade justificam o interesse e conferem relevância a pesquisa que pretende perscrutar as determinantes da ocupação do solo da cidade para fins residenciais e eventuais traços ou padrões comportamentais de seus habitantes quando da escolha por terreno para habitação. Nesse sentido, este estudo se propõe à investigação de aspectos do desenvolvimento do espaço urbano entre os anos de 1941 e 1970, período em que a cidade de Belo Horizonte apresentou as mais elevadas taxas de crescimento. No curso desse período, as mudanças na paisagem urbana da capital espelharam transformações decisivas na economia e sociedade regional, em estreita associação com a modernização econômica e social no plano nacional (SINGER, 1977).

No campo dos estudos de economia urbana, decidiu-se por recorrer a específica vertente de estudo, a *New Urban Economics*, tendo em vista a ênfase que confere à escolha de cada indivíduo como determinante para a dinâmica de ocupação do espaço urbano. A eleição de abordagem teórica que privilegia as escolhas dos agentes econômicos, remetendo à maximização de suas utilidades quando da escolha, encaixa-se no perfil das informações disponíveis na base de dados construída.

Propõe-se, portanto, discussão que compreenda os principais aspectos das teorias da *New Urban Economics*, enquanto referencial teórico e referência para a observação do comportamento dos agentes. Por meio de contribuições da produção historiográfica sobre o tema, busca-se o delineamento das principais características do mercado imobiliário e da dinâmica da ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte. Finalmente, a análise da base de dados, referida na escolha

teórica e na síntese da evolução urbana segundo a historiografia, faculta a investigação dos principais determinantes das escolhas dos habitantes por espaços para habitação.

Os predecessores da *New Urban Economics*

A observação de que a ordenação espacial no meio urbano está relacionada, em alguma medida, a fatores caros ao comportamento e preferências humanas e não a uma confluência de acasos é a conclusão inicial que fundamenta o interesse na compreensão da construção e da dinâmica do espaço urbano. As primeiras contribuições teóricas dedicadas a elucidar o comportamento dos indivíduos quando da escolha individual pelo local de habitação foram desenvolvidas na segunda metade do século XX e forneceram as bases para a grande maioria dos trabalhos elaborados desde então. Para Richardson (1977) e Abramo (2001), os trabalhos de Alonso (1964), Muth (1969) e Wingo (1961) podem ser considerados como seminais para as teorias da localização residencial e inspiraram decisivamente a *New Urban Economics*. É consensual entre esses três autores a utilização da definição de um espaço no centro da cidade, cujas atividades de comércio, indústria e serviços públicos estejam concentradas, denominado *Central Business District*, a fim de configurar uma estrutura concêntrica ao redor deste centro. Tendo em vista a concentração de trabalho, atividade comercial e serviços públicos neste centro, a distância entre a residência de um indivíduo e o *Central Business District* (*CBD*) torna-se uma medida de utilidade (ABRAMO, 2001).

Alonso (1964) constrói modelo baseado em uma função de utilidade que é composta por três dimensões: os benefícios provenientes do consumo de uma cesta de bens; a utilidade auferida pelo tamanho do lote em que reside; a distância do lote escolhido até o *CBD*. Alonso (1964) propõe o conceito de um função *bid-rent* que representa a disposição do indivíduo a assumir custos para sua localização em relação à distância do *CBD*. Esta construção permite observar que os condicionantes para a escolha de localização residencial, sob a perspectiva de Alonso, são compostos pelas preferências dos agentes por tamanho de lote, uma cesta de bens, os custos de transporte que a escolha pelo lote implicam e suas restrições orçamentárias. O equilíbrio espacial da cidade se dará quando a função de aluguel do mercado atingir a função *bid-rent* do indivíduo (RICHARDSON, 1977).

Para Muth, a inserção da restrição orçamentária enquanto medida limitadora às escolhas deve ter papel crucial no âmbito da escolha individual. Sob esse aspecto, vale ressaltar que os custos de transporte não só são afetados pela distância entre a residência e o *CBD*, como também afetados pela poupança proveniente do pagamento de um aluguel menor. O indivíduo passa a ter sua utilidade maximizada quando a maior, ou menor, distância em relação ao *CBD* implica em um ganho na forma de um aluguel mais barato e uma perda de igual magnitude na forma de um aumento no gasto com transporte (ABRAMO, 2001).

Wingo (1961) inaugura a compreensão da dimensão transporte enquanto geradora de custos e na mesma medida enquanto consumidora de tempo. Quanto mais distante do *CBD* o indivíduo residir, maior o tempo despendido e maiores serão os custos de transporte. Wingo (1961) apela para a percepção de que existem, portanto, áreas mais próximas ao *CBD* que proporcionam maior benefício na forma de menor tempo de deslocamento e menor custo de transporte. O trabalho de Wingo recorre ao mercado da habitação para inferir que estes espaços privilegiados são disputados com mais vigor pelos agentes de mercado, tem seu valor do aluguel aumentado ao nível em que há indiferença entre as localizações no que diz respeito ao salário líquido do trabalhador (RICHARDSON, 1977). Wingo (1961) desenvolve argumentação de que os espaços mais disputados, caracterizados por um aluguel por unidade de espaço maior do que em áreas adjacentes, tendem a configurar um espaço com diferentes densidades residenciais. Quanto mais distante do *CBD*, maiores serão os espaços consumidos a um mesmo preço, enquanto os espaços mais próximos ao *CBD* apresentam lotes de menor tamanho devido ao maior preço unitário (ABRAMO, 2001).

***New Urban Economics*: um modelo generalista**

Uma boa concepção dos limites e principais características da *New Urban Economics* pode ser encontrada em Richardson (1977), que está em concordância com a ligação entre os trabalhos de

Alonso, Muth e Wingo, uma vez que estes propõem uma abordagem similar no que concerne à utilização das ferramentas de análise econômica para análise da dinâmica e configuração do espaço urbano. Outra conceituação do que se entende por *New Urban Economics* foi elaborada por Mills e MacKinnon (1973) e atende às características da *New Urban Economics* não abrangidas por Richardson (1977). As duas conceituações se complementam à medida que as teorias desenvolvidas dentro do contexto da *New Urban Economics* recorrem sistematicamente às funções de utilidade enquanto representação das preferências dos agentes econômicos e paralelamente fazem uso de análises matemáticas pouco sofisticadas para captar regularidades no comportamento destes agentes. A abordagem mais generalista da conceituação de Mills e MacKinnon (1973) enfatiza a perspectiva de cidades multicêntricas em detrimento da tradicional cidade monocêntrica referida por Richardson (1977).

Cidade unidimensional. A maioria dos modelos da *New Urban Economics* assume que os diversos agentes se dispõem no espaço urbano de maneira circular. Esta simplificação permite que o posicionamento de qualquer agente seja representado enquanto um referencial da distância linear de um dado ponto até o *CBD* da cidade em questão e, portanto, simplifica a inserção da dimensão distância até o centro nos modelos. Cidade monocêntrica. Em sinergia com a concepção de cidades que se desenvolvem de maneira circular em torno de um centro distinto, os modelos desenvolvidos pelos autores da *New Urban Economics* assumem, geralmente, que só existe um *CBD* em um dado meio urbano. Este *CBD* é considerado o único local da cidade em que os empregos, serviços, comércio, serviços públicos e facilidades estão localizados. Esta suposição configura uma situação em que somente um centro é a referência e representa uma unidade de utilidade a proximidade de tal centro. Zoneamento exclusivo. Assim como as suposições anteriores, a assunção de que a cidade é configurada de tal forma que existem zonas específicas para cada uso da terra – produção e comércio, residencial, transporte – é um recurso para que as análises a respeito da localização residencial dos habitantes sejam restritas às áreas adjacentes ao *CBD* e que não haja concorrência pela terra entre os diversos usos que ela pode ter. De forma geral, permite que o mercado de terras residenciais seja analisado sem que se tenha que considerar a competição, a não ser a existente entre os habitantes. Negligência da produção. Uma das limitações apresentadas pelas análises da *New Urban Economics* é a negligência com relação à diversidade das atividades produtivas. Os modelos desenvolvidos pelos autores da *New Urban Economics* aglomeram todas as atividades produtivas e consideram a existência de um único setor produtivo, localizado exclusivamente no *CBD*, que produz um composto de produtos que atende aos habitantes da cidade. Obviamente, esta suposição compromete à representatividade do modelo enquanto tentativa de exprimir a realidade, especialmente ao considerarmos que as cidades são, por excelência, locais em que há *clusters* de determinas atividades em prol de auferir economias de escala. Habitação. As simplificações do mercado de habitações adotadas nos modelos da *New Urban Economics* são o cerne da articulação de grande parte das análises e modelos elaborados. Para os autores, como toda a área adjacente ao *CBD* é uma área em que a terra só pode ser usada para fins residenciais, portanto, a demanda por residências em certo centro urbano é igual à demanda total por terra. Esta suposição possibilita que todo o dinamismo da escolha individual por uma certa localização está atrelada necessariamente à proximidade do centro ou ao tamanho do lote. Esta característica comum em vários modelos implica na possibilidade de desconsiderar variáveis estritamente ligadas ao transporte, já que a distância em relação ao centro é por si só uma condicionante para o impacto do transporte nas escolhas individuais. Transporte. O papel do transporte na definição do equilíbrio espacial acompanha boa parte dos modelos da *New Urban Economics*, bem como é um condicionante primordial para a decisão individual acerca da localização residencial. O transporte é abordado pela *New Urban Economics* enquanto um meio de acesso ao *CBD* com fins laborais, em outras palavras, o transporte é um meio de acesso dos trabalhadores aos espaços de produção em que são empregados. Como o transporte não é considerado como meio de transporte de produtos e bens entre o *CBD* e a área residencial, assume-se que os trabalhadores transportam os produtos e bens até suas residências. Homogeneidade. Uma vez que os modelos da *New Urban Economics* recorrem à maximização de funções de utilidade individuais enquanto representação das escolhas dos

indivíduos que atendam suas preferências, uma suposição importante para a elaboração dos modelos é a de que as preferências dos diversos indivíduos da cidade são idênticas. As dimensões das preferências são reduzidas às preferências relativas à distância entre o *CBD* e o lote e o tamanho do lote. Apesar de o comportamento dos indivíduos ser incluído nos modelos com este viés padronizado, a dimensão da renda permite a diferenciação dos indivíduos e determina em grande medida as suas escolhas de localização residenciais.

Estas suposições e simplificações delineiam as principais concepções da *New Urban Economics* à cerca da configuração e dinâmica do espaço urbano. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos por autores da *New Urban Economics* contemplam a maioria destas suposições, quando não todas, como recurso para permitir uma sistematização do comportamento dos habitantes da cidade quando de suas escolhas de localização residencial. Não obstante, é clara a incapacidade dos modelos elaborados a partir destas suposições em apreender diversas características das cidades que se manifestam com grande recorrência. O reconhecimento destas incapacidades e simplificações, que afastam os modelos da realidade concreta das cidades, levou a uma série de contribuições de cunho ligeiramente diverso que, cada uma a sua maneira, trabalharam para o relaxamento das suposições e a aproximação dos modelos e teorias à realidade.

Alternativas da *New Urban Economics*: cidades multicêntricas e não-monocêntricas

Tendo em vista o recorte que contempla Belo Horizonte em seu período de maior crescimento populacional e urbano e os relatos históricos que indicam uma dinâmica espacial plural, faz-se necessário o direcionamento desta discussão para os trabalhos da *New Urban Economics* que propiciam uma maior congruência de características com o caso específico da cidade em tela. Estes trabalhos proporcionaram uma discussão mais ampla, apesar de esparsa, de cada aspecto envolvido na escolha individual pela localização residencial nos centros urbanos e apresentaram significativos avanços ao identificarem com mais sensibilidade o papel de cada dimensão nas escolhas individuais dos habitantes das cidades. Vale ressaltar que as contribuições desta corrente de estudos urbanos foram elaboradas espelhando-se na realidade encontrada em cidades estadunidenses e européias. Algumas diferenças entre os padrões de comportamento entre os habitantes de países desenvolvidos e países em desenvolvimento foram detectadas por Richardson (1978), que afirmou que as preferências quanto a residir próximo ao *CBD* são manifestadas nas cidades de países em desenvolvimento, enquanto nos países desenvolvidos a preferência se dá pelos maiores lotes que se situam nas áreas mais afastadas do *CBD*. Seguindo esta lógica, outras adequações teóricas serão necessárias quando da análise do caso proposto.

Retornando à tarefa de indicar contribuições teóricas que possivelmente atendem a um maior número de atributos pertinentes à cidade de Belo Horizonte, no período de 1940 a 1970, alguns conceitos diversos aos clássicos da *New Urban Economics* serão utilizadas, paralelamente aos conceitos gerais. Trabalhos como os de Papageorgiou e Casetti (1974), Fujita e Ogawa (1980), Beckmann (1976), White (1976) e Hartwick e Hartwick (1974) proporcionarão uma abordagem mais abrangente ao papel do *CBD*, ou dos *CBD*'s, como veremos à frente, na decisão a respeito da localização residencial e uma discussão e teorização em torno das cidades multicêntricas ou não-monocêntricas.

Cabe aqui uma pequena explanação sobre a diferenciação conceitual entre uma cidade multicêntrica e uma cidade não-monocêntrica do ponto de vista da *New Urban Economics*. Apesar de fazer parte do núcleo das suposições a respeito das características das cidades, a suposição de que as cidades seriam monocêntricas não foi encarada com otimismo por alguns colaboradores da *New Urban Economics*. Diversos foram os esforços no sentido de apresentar um modelo, seguindo grande parte das suposições contidas no modelo geral da *New Urban Economics*, que suportasse a análise de uma cidade que dispusesse de mais de um *CBD*. Entre as contribuições que perseguiram o desenvolvimento de teorias e modelos que comportassem essa característica intrínseca a várias cidades, criou-se uma divisão no que se refere à abordagem da cidade com mais de um *CBD*, alguns trabalhos apegaram-se a uma cidade com pluralidade de centros, mas em que fossem definidos os centros em questão – a cidade multicêntrica. Outros colaboradores focalizaram os estudos em que a

cidade não está submetida a um regime monocêntrico, mas não há definição com relação ao número e disposição destes centros – a cidade não-monocêntrica (FUJITA E OGAWA, 1980).

Hartwick e Hartwick (1974), que se encaixam na categoria de estudiosos da cidade multicêntrica, propuseram uma análise estendida do modelo de Mills (1972), com a inserção de bens intermediários e múltiplos centros. Papageorgiou e Casetti (1971) utilizaram-se de métodos e modelos desenvolvidos anteriormente pelos mesmos para elaborar um esquema conjunto de análise para uma cidade multicêntrica e o equilíbrio espacial da mesma. Beckmann (1976) elaborou seu modelo em um quadro de uma cidade com um único setor econômico, mas sendo não-monocêntrica, enquanto Fujita e Ogawa (1980) apresentaram uma análise mais ampla, em que não é necessário a eleição de espaços específicos para as residências e para as atividades produtivas, e dedicaram-se a análise de cidades não-monocêntricas nesta perspectiva. White (1976) utiliza-se das linhas gerais da concepção de uma cidade multicêntrica para explorar a localização de empresas em espaços caros ao uso residencial.

A opção deste estudo é por não recorrer a uma única contribuição e suas ferramentas analíticas em específico, tendo em vista a proposta de utilizar-se da maior diversidade possível de evidências históricas e contribuições teóricas para desenvolver uma rede de possibilidades analíticas quando da descrição e análise dos dados. Sob esta perspectiva, nenhum trabalho da *New Urban Economics* será privilegiado ou descartado. Estes trabalhos permitirão uma análise mais adequada da configuração espacial da cidade de Belo Horizonte, a ascensão de *clusters* produtivos durante as décadas de 1940 a 1960, enquanto manifestação de outros centros concentradores de residências, e a influência dos *CBD*'s nas escolhas de localização residencial dos habitantes da cidade.

Evolução urbana de Belo Horizonte

Belo Horizonte surge enquanto centro idealizado para ser a nova sede administrativa do governo de Minas Gerais, representando a emergência de ideais progressistas e desenvolvimentistas nos anos seguintes à proclamação da República (IGLÉSIAS, 1987). A formação econômica e urbana de Belo Horizonte singularizou-se pela sobreposição de funções político-administrativas e a tarefa de constituir-se, no longo prazo, em centro polarizador de economia regional desintegrada (DULCI, 1999).

A cidade planejada deveria ser contida nos limites da emblematicamente nomeada *Avenida do Contorno*. Entretanto, antes de decorrido meio século, não apenas observou-se largo transbordamento para além do traçado original, bem como a taxa de crescimento populacional de Belo Horizonte indicava a impossibilidade de se observar os limites projetados no final do século XIX. Se em 1940 eram quase que 215 mil habitantes, a intensa migração observada nas décadas posteriores ampliou a população belo horizontina para a elevada marca de 1.255.415 habitantes em 1970 (PLAMBEL, 1979). O franco crescimento populacional movimentou na mesma magnitude o mercado imobiliário e as atividades econômicas de Belo Horizonte, configurando a emergência de novos espaços dedicados à residência e a produção.

Belo Horizonte, enquanto cidade planejada, conta com as primeiras ondas de crescimento populacional associadas aos fluxos migratórios em torno da transferência do aparato administrativo de Ouro Preto para nova capital. Para os funcionários públicos estaduais Aarão Reis reservou espaço privilegiado na planta da cidade e a administração municipal ainda conferiu privilégios para a compra de outros lotes urbanos (COSTA, 1994). Em oposição, já nos primeiros anos, Belo Horizonte apresentava seus primeiros traços de segregação social ao ser concebida sem nenhum espaço dedicado à moradia dos milhares de operários responsáveis pela concretização física da cidade. Marginalizados e sem acesso a lotes urbanos, os operários que em Belo Horizonte se instalaram no começo do século passado foram à primeira manifestação de suplantação do planejamento da cidade, ao se posicionarem nos limites das áreas suburbanas, em residências precárias e de difícil acesso aos serviços urbanos (COSTA, 1983).

Os anos que seguiram fortaleceram o impulso inicial de afastar a população menos abastada do interior da *Avenida do Contorno* e forçar sua alocação, por meio da especulação imobiliária, na área suburbana contida no planejamento. Já nas primeiras décadas, Belo Horizonte era caracterizada por um baixo adensamento populacional e observava-se a concentração de residências em espaços

que haviam sido planejados como zonas rurais e suburbanas. Configurava-se, assim, padrão de ocupação esparso, com grandes distâncias entre os aglomerados residenciais, que enfrentavam dificuldade de acesso aos serviços básicos, como saneamento e fornecimento de energia elétrica (PLAMBEL, 1977).

A década de 1940. Segundo o Censo Demográfico de 1940, Belo Horizonte detinha população de 211.377 habitantes, dos quais 101.012 eram indivíduos do sexo masculino e 110.365 feminino. As principais atividades econômicas eram a indústria de transformação, com 17.258 trabalhadores, o comércio, com 10.914 habitantes, e os serviços, que empregavam 12.788 pessoas. Estes dados indicam um relativo equilíbrio entre os gêneros e uma tendência para predominância de empregos no setor terciário da economia belo horizontina. Outro dado do mesmo censo é referente ao número domicílios, cerca de 40.000, dos quais dois terços eram de alvenaria.

No que concerne especialmente ao caráter espacial da cidade, sua configuração no começo da década de 1940 não havia evoluído de maneira considerável com relação às décadas anteriores. A região central da cidade ainda era alvo de intensa especulação imobiliária e, portanto, repleta de lotes não ocupados. Reforçando o caráter descentralizado do crescimento da nova capital mineira, Costa (1983) relata a expansão dos espaços residenciais da classe trabalhadora por meio de vilas operárias ou expansão de áreas já ocupadas em direção às áreas rurais. Esta expansão do tecido urbano da cidade de Belo Horizonte remete a uma reflexão em torno do fornecimento de serviços básicos – infra-estrutura, saneamento, transporte, fornecimento de energia elétrica, entre outros – cuja oferta exige uma larga demanda de investimentos estatais e que estavam à disposição na região central da cidade, mas que por questões relacionadas à especulação imobiliária, não eram totalmente usufruídos.

Plambel (1977) apresenta dados que indicam que durante a década de 1940 cerca de 56 loteamentos foram abertos no município de Belo Horizonte. No entanto, este valor pode estar subestimado, uma vez que estes loteamentos foram formalmente autorizados pelo governo municipal e Costa (1983) indica que boa parte dos novos parcelamentos de terra foi realizada de maneira clandestina, para que depois fossem regularizados pelo município. O desenvolvimento da malha urbana pode ser percebido especialmente na direção nordeste, centro-sul e leste da cidade. A criação da Cidade Jardim, em 1940, e a aprovação do loteamento da Vila Paris fortaleciam o crescimento da cidade ainda na região centro-sul. A formação dos bairros Horto, Sagrada Família, Esplanada e Instituto Agronômico era a tradução da oportunidade de se estabelecer nas proximidades da estrada de ferro ali construída e conferiu uma nova dinâmica à ocupação residencial dos lotes na região leste da cidade. Por fim, na esteira dos empregos e ao longo da linha de bonde, que seguia para a região nordeste da cidade, observa-se o desenvolvimento de núcleos residenciais nos arredores das fábricas de tecido nos bairros Renascença e Cachoeirinha (ARREGUY E RIBEIRO, 2008).

Na década de 1940, a preocupação dos governos estadual e municipal de fomentar e incentivar a instalação de companhias industriais na cidade de Belo Horizonte estava associada à inflexão das políticas de desenvolvimento regional, que passam a priorizar a industrialização e o reforço da polarização exercida pela capital (DINIZ, 1981). Arquitetou-se uma nova forma de organização do espaço urbano, no sentido de expelir as atividades industriais do centro da cidade e reorganizá-las em um novo centro, que permitisse tanto a experimentação de economias de escala quanto garantir uma harmonia maior ao espaço central de Belo Horizonte. A Cidade Industrial surge como espaço planejado para as atividades produtivas que abasteceriam Belo Horizonte e grande parte dos municípios mineiros (COSTA, 1983).

A construção da Cidade Industrial se inicia em 1941 e sua inauguração ocorre cinco anos depois. Apesar da instalação da Companhia Industrial de Estamparia, primeira empresa a se instalar no centro industrial idealizado, a dificuldade em se obter fornecimento adequado de energia elétrica constituiu empecilho à instalação de outras companhias. Em adição, verifica-se a total desconsideração dos aspectos característicos à ocupação das regiões anexas, com sentido de habitação, tendo as empresas, que ao longo da década de 1940 se instalaram na Cidade Industrial, que suprir as deficiências da administração pública em ofertar espaços para ocupação residencial

(COSTA, 1983). Muitas indústrias recém constituídas na Cidade Industrial recorreram a parcelamento de parte de sua área industrial para construção de habitações para seus funcionários de alto escalão ou incentivavam os operários a se estabelecerem nas proximidades da unidade fabril em lotes sem regulamentação. Costa (1983) resgata e compara este desenvolvimento com a atuação da Companhia Têxtil Renascença, que no início da década de 1930 promoveu a ocupação do que posteriormente seria conhecido como Bairro Renascença e ao fim da década instalou uma unidade industrial têxtil que favoreceu a concentração de proletariado industrial na região.

Vale ressaltar que desde as primeiras décadas de ocupação de Belo Horizonte a indústria teve papel crucial para a determinação da organização espacial das residências na cidade. Com o despreparo das áreas suburbanas em atender às necessidades dos habitantes recém chegados, o capital industrial fez às vezes de capital imobiliário e proporcionou o crescimento de áreas residenciais no entorno de seus terrenos.

A década de 1950. Com o avançar do século XX, cresce a importância de Belo Horizonte no contexto regional, o fluxo migratório se intensifica e os posicionamentos destes novos habitantes no espaço não é contemplado por nenhum planejamento estatal, bem como não configura um bom acesso à infra-estrutura urbana. A população da cidade de Belo Horizonte, que no início da década havia alcançado a marca de 352.724 habitantes, apresenta no recenseamento de 1960 o número de 683.908 habitantes. Os dados do censo de 1960 indicam crescimento de 94%, com leve predomínio para os indivíduos do sexo feminino. Outro aspecto importante é que, segundo Plambel (1974), 81% dos habitantes de Belo Horizonte ao fim da década não haviam nascido na cidade. Esta predominância de indivíduos de outras naturalidades ainda é agravada pelo fato de que mais da metade destes haviam migrado de cidades menores, vilas e áreas rurais, configurando um cenário de intensa migração de mão-de-obra pouco qualificada e com rara experiência em atividades industriais.

Os esforços governamentais se limitaram em apontar vertentes de crescimento urbano na direção de duas grandes obras viárias concluídas em meados dos anos 50: a Avenida Antônio Carlos, que direcionava o fluxo do crescimento para a região norte da cidade, e o prolongamento da Avenida Amazonas até a Cidade Industrial, que se apresentava como um novo corredor urbano (COSTA, 1994). Obras viárias também foram responsáveis pela articulação entre Belo Horizonte e as capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Com a construção da nova capital do país, Brasília, Belo Horizonte passa a ser um ponto de articulação das rotas rodoviárias entre o novo centro administrativo nacional e as grandes capitais da região Sudeste, possibilitando uma interação mais intensa entre as relações comerciais via transporte rodoviário. Estava em curso a intensificação do processo de integração do mercado interno nacional e a constituição de divisão regional do trabalho em que Minas Gerais ocuparia posição periférica e Belo Horizonte se constituiria em centro regional crescentemente integrado aos grandes pólos nacionais – Rio de Janeiro e São Paulo (DINIZ, 1981).

A evolução da ocupação do espaço urbano para fins residenciais se intensifica na primeira metade da década de 1950 e ao fim da década Belo Horizonte conta com 22 novos loteamentos e com a regularização de mais 50 loteamentos constituídos de maneira irregular (PLAMBEL, 1977). Vale pontuar que apesar da intensa atuação do capital imobiliário na cidade, no sentido de ofertar espaços comercializáveis para habitação, estes espaços não foram prontamente ocupados. Plambel (1980) indica que ao fim da década de 1950 eram cerca de 2,5 lotes vagos para cada lote ocupado na cidade, enquanto cerca de 10% da população belo horizontina vivia precariamente em áreas consideradas faveladas. A confluência destes fatores eleva Belo Horizonte à condição de pólo de atração de imigrantes, como enuncia Costa (1983).

Com o crescimento acelerado da população, com aumento de cerca de 95% em apenas uma década, novos loteamentos são autorizados pela Prefeitura, marcadamente na região próxima à Cidade Industrial e o Barreiro, tendo em vista a instalação, ao longo da década de 1950, de dezenas de novas empresas na região. O estabelecimento de novas empresas e a consolidação da Cidade Industrial como referência de *cluster* produtivo data de meados da década de 1950, quando o Estado

soluciona o problema energético, com a criação da CEMIG e a instalação de uma unidade de gerenciamento e fornecimento de energia elétrica na própria Cidade Industrial (MATOS, 1992).

Outras regiões que registram uma intensa movimentação do capital imobiliário são Venda Nova, no extremo norte da cidade, os novos bairros do Caiçara Adelaide e Dom Bosco, na região noroeste, e em direção à Cidade Industrial, vetor oeste, através dos bairros Gameleira e Nova Gameleira. Alguns bairros surgem também na região leste da cidade, com loteamentos no Santa Inês, Boa Vista e São Geraldo (ARREGUY E RIBEIRO, 2008).

O crescimento da cidade, na forma de loteamentos de terrenos que outrora eram de propriedade de poucos indivíduos que utilizavam a terra para fins agropecuários, trouxe um desenvolvimento muito específico para a infra-estrutura urbana da cidade de Belo Horizonte. Os ideais de planejamento das primeiras administrações municipais foram suplantados pelo intenso movimento de migração, que superava qualquer expectativa em torno do tamanho da população e dificultavam atuação estruturada para atender as necessidades da população. À medida que os loteamentos eram criados e se estabeleciam moradores nas dependências, a administração pública era pressionada a ofertar serviços básicos características do espaço urbano (HADDAD, 1968).

O sistema de transportes de Belo Horizonte reflete esta característica remediadora da atuação do Município de Belo Horizonte. No ano de 1953 começam a circular na região centro-sul de Belo Horizonte *trólebus* que perfaziam as rotas entre o centro da cidade e os bairros Santo Antônio, Cidade Jardim, Coração de Jesus e Vila Paris (ARREGUY E RIBEIRO, 2008). Além da introdução dos *trólebus*, a década de 1950 pode ser considerada como um ponto de inflexão na política de transportes públicos na cidade Belo Horizonte. Com a municipalização da gestão dos transportes urbanos e a criação do Departamento de Bondes e Ônibus, as decisões políticas consolidam a perda de importância do sistema de bondes, que durante anos haviam direcionado o crescimento da área urbana de Belo Horizonte, e o incremento da capacidade de atender as áreas mais diversas e distantes do centro através dos *trólebus* e ônibus. O impacto da desarticulação do sistema de bondes na região central da cidade afetou a rotina dos trabalhadores e comerciantes. FJP (1996) assinala manifestação da União dos Varejistas contrária à desestruturação das linhas de bondes, evidência da importância do sistema de transportes como forma de acesso à área central da cidade e aos locais de trabalho.

A década de 1950 pode ser caracterizada como o período mais intenso de crescimento populacional experimentado por Belo Horizonte desde sua criação, acompanhando e suportando o crescimento econômico da cidade que se consolida como centro polarizador da região metalúrgica e emerge como centro polarizador de boa parte do estado de Minas Gerais (DINIZ, 1981). O intenso crescimento populacional reforça a ampliação dos horizontes de ocupação para fins residenciais do solo, ativando uma nova dinâmica do mercado imobiliário, que resultou no estabelecimento de novos bairros e uma série de desafios às administrações municipais que se seguem, no que diz respeito ao fornecimento de aparelhagem urbana.

<u>A década de 1960</u>. A persistência de forte movimento imigratório com direção a capital, ainda que em proporção menor do que no decênio anterior, amplia os problemas decorrentes do adensamento desordenado e não planejado de Belo Horizonte. O retrocesso na atuação do mercado imobiliário agrava a insuficiência dos loteamentos lançados para atender à demanda por lotes e a falta de infra-estrutura adequada para maioria das novas áreas residenciais. Os agentes do mercado imobiliário que haviam tomado as rédeas da expansão do tecido urbano na década de 1950 se retiraram do mercado, tendo em vista a instabilidade econômica e política experimentada na década de 1960. Belo Horizonte passa a ter o mercado imobiliário dominado por proprietários de grandes glebas suburbanas, em um retorno ao modelo que predominou no mercado até a década de 1940 (COSTA, 1983). A população de Belo Horizonte, estimada em 683.908 indivíduos pelo Censo Demográfico de 1960, alcança 1.235.030 habitantes em 1970. A taxa de crescimento anual da população foi de 6,1% e este crescimento ainda se deve em grande parte à migração em direção à capital (MATOS, 1992).

O fato de que o mercado imobiliário de Belo Horizonte se desenvolveu nas duas décadas anteriores com intensa participação de capital de especulação permite compreender porque o

estabelecimento de residência na capital demandava mais do que muitos eram capazes de arcar. Plambel (1980) discorre sobre a existência de inúmeros lotes ainda não comercializados pelo capital imobiliário por estes não cederem aos preços correntes no mercado, visando auferir ganhos maiores com a valorização das regiões em que os empreendimentos se localizavam. Com isto, os imigrantes que anteriormente galgavam seu espaço nas regiões limítrofes do tecido urbano começam na década de 1960 a concentrar persistentemente nas regiões faveladas da cidade.

Em pesquisa realizada pela Secretaria do Trabalho e da Cultura Popular de Minas Gerais, entre os anos de 1964 e 1965, Belo Horizonte contava com 79 favelas, que contabilizavam 25.076 domicílios e 119.799 residentes. Grande parte destas favelas se desenvolveu em locais de topografia acidentada na região central de Belo Horizonte, e que não haviam sido comercializados com sucesso anteriormente, ou através de invasões de lotes destinados ao estabelecimento de indústrias nas redondezas da Cidade Industrial. Conforma-se um cenário em que aproximadamente 10% da população belo horizontina vivia em condições extremamente precárias, com pouco ou nenhum acesso à aparelhagem urbana (PLAMBEL, 1979).

O crescimento do tecido urbano manteve a tendência das décadas anteriores e continuou seguindo primordialmente nas direções oeste e norte da cidade. A Avenida Amazonas e a Avenida Presidente Antônio Carlos tiveram papel crucial para tal desenvolvimento à medida que se tornaram grandes corredores que direcionavam o fluxo do crescimento dos loteamentos e oferta de serviços públicos. De maneira semelhante, a região do Barreiro e bairros da cidade de Contagem que estavam às margens da Cidade Industrial assumiram papel crucial para o estabelecimento de grande parte dos trabalhadores das indústrias da região (ARREGUY E RIBEIRO, 2008).

Segundo ARREGUY E RIBEIRO (2008), os principais empreendimentos imobiliários à época foram: os bairros Letícia e Santa Mônica na regional Venda Nova; a criação dos bairros Coração Eucarístico de Jesus e Dom Cabral na regional noroeste; a aprovação das primeiras subdivisões dos bairros Luxemburgo e Mangabeiras na região centro-sul da capital e a regularização de áreas como os bairros Belmonte e São José na região nordeste da cidade. A região leste da cidade passa a sofrer de certa estagnação na geração de novos loteamentos e bairros, em parte devido ao crescimento da regional nordeste, que redirecionou parte do fluxo de crescimento da cidade, e em parte pela insuficiência da estrutura viária da região leste da cidade para o bom desempenho do sistema de transporte urbano (ANDRADA, 1962).

A estrutura viária da cidade passa a assumir neste momento, associada ao serviço de transporte coletivo prestado por meio de frota de ônibus, papel primordial no direcionamento do crescimento do espaço urbano da cidade. Com o fim da circulação de bondes em Belo Horizonte no ano de 1963 e o fim da circulação dos *trólebus* em 1969, as companhias de ônibus e a administração pública se incumbem de desenhar novas rotas e linhas que os coletivos deveriam percorrer para atender à população e fortalecem o transporte rodoviário como o principal meio de transporte coletivo na cidade (FJP, 1996).

A dinâmica econômica da cidade não se alterou significativamente entre as décadas de 1950 e 1960. Iglésias (1987) discute a importância assumida pela cidade no período enquanto entreposto comercial entre São Paulo e Rio de Janeiro e as cidades da região metropolitana e do interior do estado. Segundo o autor, a atividade comercial sempre foi a mais importante da capital mineira, tanto no que se refere ao pessoal empregado quanto a rendimentos gerados. Apesar de reconhecer o crescimento da importância dos setores industrial e de construção civil, a partir da década de 1930, os dados apresentados por Iglésias indicam que ao fim da década de 1960 o comércio da capital empregava 46,7% dos trabalhadores da cidade, enquanto a indústria empregava 35,7%.

Um prognóstico sobre a ocupação do espaço urbano na Região Metropolitana de Belo Horizonte foi apresentado por Haddad, no final da década de 1960, no sentido de antecipar movimentos de intenso povoamento no espaço urbano belo horizontino, que começa a conviver com espaços de cornubação ao final da década, associados a centros de polarização vizinhos (Haddad, 1968).

Os processos trabalhistas e uma nova abordagem quantitativa

As tradicionais fontes de dados demográficos e econômicos que compreendem o nível de detalhamento municipal, especialmente os censos demográficos e econômicos do IBGE, apresentam informações que permitem delinear o perfil dos habitantes de Belo Horizonte à época, mas não se mostram suficientes para um estudo mais aprofundado da ocupação do solo. Para uma melhor compreensão desta dinâmica, formulou-se projeto de catalogação de dados de trabalhadores da cidade de Belo Horizonte, que recorreram à Justiça do Trabalho, nos anos de 1941 a 1970, para solução de litígios, disponíveis em processos trabalhistas que tramitaram nas Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais. Estes processos conformam acervo histórico de processos trabalhistas mantido no Arquivo do Tribunal.

Não foi desconsiderado o aspecto relativamente seletivo do projeto. A opção pela catalogação de dados de trabalhadores significa a exclusão de parcela da população belo horizontina que não se dedicava a ocupações remuneradas e compreendidas pela legislação trabalhista. No entanto, baseando-se nos dados dos censos demográficos das décadas de 1940 a 1960, constatou-se que a parcela da população que não é compreendida pelas características citadas acima é de proporção reduzida em relação ao todo. Outro fator que ameniza a não captação dos dados destes indivíduos é o caráter segregador que presidiu o planejamento da cidade de Belo Horizonte, reservando aos funcionários públicos e habitantes mais abastados determinados bairros e regiões.

Tendo em vista a proposição da construção de uma base de dados a partir do acervo de processos trabalhistas históricos da cidade de Belo Horizonte, seguiu-se a determinação dos limites aos quais a catalogação deveria respeitar. Observando os objetivos deste estudo, certas informações foram recolhidas de cada um dos processos catalogados: Número do processo; Ano do início do processo; Data da decisão em primeira instância; Moeda corrente; Salário nominal (mensal); Endereço do reclamante; Endereço em que o reclamante exercia suas funções; Setor econômico do reclamado; Atividade econômica do reclamado; Ocupação do reclamante; Sexo do reclamante. A escolha por estas informações objetivou detalhamento maior e mais preciso da localização da população belo horizontina no espaço urbano, suportado por variáveis que sinalizam possíveis dinâmicas específicas para gêneros, ocupações, setores econômicos, atividades econômicas e regiões distintas.

A catalogação das informações disponíveis nos processos estruturou-se na elaboração de uma amostra do universo total de 161.668 processos disponíveis no acervo e que se referem ao período em questão. Foram considerados os aspectos intrínsecos à fonte de informações, tais como a distribuição dos processos ao longo dos anos e meses, as diferentes maneiras de iniciar um processo nas Juntas de Conciliação de Julgamento da época, a maneira como os processos estão dispostos nas caixas do acervo, entre outros. Por outro lado, também foram considerados os aspectos essencialmente estatísticos que proporcionaram à amostra o caráter representativo do todo.

As teorias desenvolvidas pelos autores que compreendem a *New Urban Economics* tomam a perspectiva da escolha residencial referida na utilidade dos agentes. As escolhas por localização residencial, por parte de um mesmo indivíduo, não ocorrem com uma freqüência significativa, portanto a possibilitar a análise destas escolhas ao longo de períodos pouco esparsos sem comprometer os resultados da pesquisa. Esta peculiaridade das escolhas dos agentes quando o foco é o local de residência permitiu que os anos abrangidos pelo período de 1941 a 1970 fossem aglutinados em qüinqüênios, resultando em seis agrupamentos que serão analisados individual e conjuntamente. Internamente aos agrupamentos primários, foi respeitada a proporcionalidade de ocorrências de cada ano para com o qüinqüênio, da mesma forma que internamente aos anos a dispersão de processos ao longo dos meses foi considerada para afastar qualquer eventual efeito sazonal. A amostra constituída pelas características citadas foi construída para que os qüinqüênios individualmente fossem representativos de suas respectivas parcelas dos 161.668 processos e fossem estatisticamente representativos destas parcelas em um nível de confiança de 95% e margem de erro de 3%.

Para que os dados coletados estivessem em consonância com o todo e para que houvesse a padronização da captação dos mesmos, algumas linhas metodológicas gerais foram traçadas para o melhor desempenho da catalogação. Os processos do acervo histórico do Tribunal Regional do

Trabalho de Minas Gerais estão acondicionados em caixas, organizados de maneira cronológica – considerando a data da petição inicial – e não existe uma padronização no número de processos em cada caixa. Levando em conta a perspectiva de se evitar tendências sazonais e atribuir a maior neutralidade e aleatoriedade possível na eleição dos processos a serem catalogados, respeitando-se a proporção de processos ao longo do ano, um certo número de processos por caixa foi determinado. Assim, quando da catalogação de processos de uma determinada caixa, aleatoriamente o mesmo era retirado, catalogado e devolvido à caixa. A catalogação em si respeitou certa ordem para que as informações fossem captadas e inseridas em um *software* que permitia a disposição destas informações ancoradas ao número do processo, conferindo a cada linha a distribuição das informações de certo processo.

Ainda como medida para o distanciamento de possíveis deturpações da metodologia desenvolvida, somente uma pessoa desempenhou a atividade de catalogação a fim de conferir unicidade de critérios e parâmetros quando da inserção dos dados no *software* em que estes foram armazenados. Ao fim da catalogação os dados foram organizados em uma única planilha e foram revisados para que os padrões estabelecidos anteriormente fossem cumpridos. Esta organização precedeu a utilização destes dados primários para a geração de novos dados que complementariam as análises possíveis com os dados disponíveis exclusivamente nos processos.

A construção da base de dados objetivou catalogação das informações provenientes dos processos trabalhistas e a utilização de um *software* que opera um sistema de posicionamento global a permitir a determinação da localização de um dado logradouro utilizando-se das coordenadas geográficas correspondentes à localização submetida a pesquisa. Este *software* permitiu que as informações de cada indivíduo fossem mapeadas, bem como fossem contempladas as análises dos posicionamentos dos trabalhadores como um todo. O mapeamento das residências e locais de trabalho dos indivíduos representados por seus processos trabalhistas proporcionou a geração e inserção de novos dados à base, sendo estes: O bairro de residência do trabalhador; O bairro em que se localiza o local de trabalho; A distância entre o centro da cidade de Belo Horizonte e a residência do trabalhador; A distância entre a residência do trabalhador e o local de trabalho; A distância entre o local de trabalho e o centro da cidade de Belo Horizonte.

O cálculo das distâncias lineares entre os pontos correspondentes à localização das unidades residenciais, das unidades produtivas e o centro da cidade, é um recurso utilizado para a mensuração de unidades de valor, neste caso quilômetros lineares, que podem indicar preferências dos indivíduos com relação a estas distâncias quando da escolha de localização residencial. Seguindo a linha de argumentação da *New Urban Economics*, estas distâncias serão utilizadas como medidas de utilidade e permitirão uma análise mais detalhada do papel de cada uma destas localizações no que tange a escolha residencial da população belo horizontina no período analisado.

Cabe aqui consideração a respeito da eleição de um ponto que representasse o centro de Belo Horizonte, capaz de conferir a uma dada região a possibilidade de ser tomada como um referencial ao que a teoria da *New Urban Economics* reconhece como o *CBD*. Como sinalizamos anteriormente, não é percebida na experimentação prática a existência de um centro em que todo o espaço é utilizado para atividades produtivas. Entretanto, é possível perceber que existem aglomerações naturais em torno de certo ponto que se assemelham com o corpo teórico da conceituação de *CBD* para os estudos de Economia Urbana. O ponto eleito foi a Praça Sete de Setembro, determinada pelo cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Avenida Amazonas, ponto central da articulação entre as regiões norte e sul, através da Avenida Afonso Pena, e da articulação entre as regiões leste e oeste, através da Avenida Amazonas (Andrada, 1962).

Uma última alteração às informações captadas primariamente nos processos trabalhistas foi necessária para permitir uma melhor análise dos resultados e classificação dos dados. Os salários nominais extraídos dos processos foram utilizados para a geração de outra variável a ser utilizada quando da recorrência ao papel da renda no processo de escolha de localização residencial: a razão salário nominal-salário mínimo. Os salários nominais foram divididos pelos salários mínimos vigentes em cada período, gerando uma razão que nos permite comparar as escolhas dos indivíduos de acordo com a quantidade de salários mínimos que compunham sua renda nominal.

A partir desta base de dados, procede-se à análise segmentada por qüinqüênio, em que serão observadas as características específicas de cada um destes períodos, de modo a proporcionar análise da dinâmica, evolução e possíveis regularidades nas escolhas dos indivíduos ao longo do tempo. Da mesma forma, as informações proporcionadas pela compilação dos dados serão utilizadas para aproximar as discussões anteriormente apresentadas sob a perspectiva teórica da problemática da escolha da localização residencial e da produção historiográfica referente a Belo Horizonte no período.

1941 a 1945. Os dados referentes ao período são relativos a uma amostra de 380 processos, que por sua vez possuem informações de 380 indivíduos. Com relação ao gênero destes trabalhadores, os dados indicam que cerca de 73% são homens. Assim sendo, podemos inferir que a quantidade de homens trabalhando em Belo Horizonte à época era quase três vezes superior à quantidade de mulheres. Os salários também se mostraram sensíveis ao gênero do trabalhador, os homens recebiam salários até 50% superiores aos das mulheres – que em média recebiam pouco menos do que um salário mínimo – em setores econômicos iguais.

Conforme se afirmou, na cidade de Belo Horizonte se destacavam as atividades econômicas pertinentes aos setores secundário e terciário. As atividades de produção, comércio e serviço empregavam aproximadamente 97% dos indivíduos observados e destes cerca de dois terços eram abarcados pelo setor terciário. Os setores de Construção Civil, Hotelaria, Alimentação e Comércio se destacam, contemplando a cifra de 32% dos trabalhadores. Sobre o desempenho industrial, no sentido de pessoal empregado, os dados indicam que as indústrias calçadista, alimentícia e têxtil eram as que tinham desempenho mais expressivo.

Os salários médios dos trabalhadores mostram-se sensíveis à atividade desempenhada pela empresa, no sentido de que os empregados que se dedicavam a atividades características do setor secundário auferiam salários maiores do que os que se dedicavam às atividades do setor terciário.

A problemática da ocupação do solo urbano belo horizontino pode ser mais bem compreendida pelos dados gerados no sentido de esclarecer quais as regiões mais ocupadas, diferentes usos do solo e média das distâncias entre os pontos eleitos como referência. Sob a perspectiva residencial, as regiões centro-sul, leste e noroeste apresentaram um maior número de trabalhadores com residência estabelecida, sendo possível citar os bairros Centro, Carlos Prates, Barro Preto, Santa Efigênia, Bonfim, Concórdia, Floresta, Lagoinha, Sagrada Família e Santo André como os mais populosos, uma vez que estes abrigavam aproximadamente 60% dos trabalhadores relacionados na pesquisa. A ocupação do solo para fins produtivos não possuía um perfil muito distinto do apresentado pela ocupação residencial no início da década de 1940, as regiões mais adensadas são as mesmas e a região central da capital mineira, compreendida pelo bairro denominado Centro, abarcava sozinha mais de 65% das empresas presentes na amostra.

Considerada a ocupação do solo característica à época, as distâncias médias calculadas entre os pontos referenciais apresentaram valores reduzidos e relativamente próximos. A distância média percebida entre a residência do trabalhador e o centro da cidade foi de 2,15 quilômetros, enquanto a distância entre a residência do trabalhador e o local de trabalho foi estimada em 2,07 quilômetros. É interessante mencionar que no período em questão o centro da cidade e os locais de trabalho se distanciavam, em média, apenas 0,91 quilômetros. Este valor fortalece a constatação de que as atividades produtivas na cidade se concentravam primordialmente na região central da mesma.

Segundo os traços gerais da concepção de um *CBD* pela *New Urban Economics*, é possível argumentar que há similaridade com o caso de Belo Horizonte neste primeiro qüinqüênio, ao reconhecer que tamanha concentração das atividades produtivas configura um cenário semelhante ao da caracterização de um *CBD*. Um fator que pesa no sentido contrário é a convivência deste espaço de produção com um número elevado de residências, algo não contemplado pelas teorias da *New Urban Economics*.

Uma ponderação necessária com relação às distâncias médias auferidas é um afastamento mais pronunciado dos trabalhadores e das unidades produtivas pertencentes ao setor secundário em relação ao centro, se compararmos os valores com os relativos ao setor terciário. Desta forma, pode-se indicar que as atividades de transformação em geral se realizavam a uma distância maior do

centro do que as atividades de comércio e prestação de serviços, assim como os trabalhadores destas atividades estabeleciam residência a uma distância média superior à dos demais.

Considerou-se também análise que permita a compreensão do fator renda na localização destes indivíduos no espaço urbano, por meio do agrupamento nas seguintes categorias: indivíduos com renda inferior ao salário mínimo, indivíduos com renda superior a um salário mínimo e inferior a três salários mínimos e indivíduos com renda superior a três salários mínimos. Constatou-se que os efeitos da renda observados neste primeiro qüinqüênio indicam que o nível de remuneração favorece localizações residenciais mais próximas ao *CBD* e ao local de trabalho. Entretanto, as diferenças entre as categorias só são significativas ao compararmos a categoria de renda mais alta com as duas de renda inferior, uma vez que essas duas categorias apresentaram valores muito similares.

Tendo em vista as características primordiais dos dados e as diretrizes teóricas da *New Urban Economics*, não é possível traçar uma possível preferência latente dos trabalhadores por uma localização residencial mais próxima ao centro ou ao local de trabalho, especialmente ao remeter-se à condição descriminada anteriormente de intensa congruência entre a região central, de residência e de trabalho.

Para uma melhor visualização da ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte, foram desenvolvidas ilustrações (ver Apêndice) que compreendem imagens de satélite da cidade e o mapeamento da área coberta pelas residências dos trabalhadores, da área ocupada pelas empresas empregadoras e, para efeito de comparação, uma delimitação que indica os limites da *Avenida do Contorno*, que foi concebida como a fronteira da cidade de Belo Horizonte quando de sua concepção.

1946 a 1950. Para a análise do segundo período foram catalogadas as informações de 396 indivíduos. De forma semelhante ao observado no primeiro qüinqüênio, o número de mulheres na amostra é significativamente menor que o número de homens, estes somam 83% das observações. As empresas que empregavam os trabalhadores pertencentes à amostra eram em sua maioria do setor terciário e somadas às empresas do setor secundário abrangem cerca de 98% de todas as empresas. Destacam-se as atividades de Hotelaria, Serviços de Geração de Energia Elétrica e Transporte e Alimentação no setor terciário e as atividades de Construção Civil e as Indústrias Calçadista, Têxtil, Moveleira e de Bebidas. As poucas atividades do setor primário desempenhadas na cidade de Belo Horizonte eram relativas ao extrativismo mineral e vegetal.

O salário médio dos homens superava ligeiramente os 2,75 salários mínimos, por sua vez o salário médio das mulheres se aproximava dos 1,30 salários mínimos. Paralelamente ao efeito do gênero sobre o salário dos trabalhadores, observa-se também um certo distanciamento entre o salário médio dos trabalhadores em empresas dos setores secundário e terciário. O salário médio dos trabalhadores do setor secundário supera em 9% o salário médio dos trabalhadores do setor terciário para os do gênero feminino e 5% para os do gênero masculino.

Os dados gerados para a análise do aspecto da localização residencial indicam uma ligeira dispersão dos trabalhadores ao compararmos com o padrão de ocupação do espaço do primeiro qüinqüênio. Apesar da região centro-sul da cidade ainda ser intensamente relacionada como região de residência dos trabalhadores, as regiões norte, noroeste e leste têm participação destacada na localização da residência dos trabalhadores. Os dados indicam que os bairros com maior número de observações são Carlos Prates, Santa Efigênia, Barro Preto, Concórdia, Centro, Bonfim, Ipiranga, Sagrada Família e Floresta. Os trabalhadores residentes nestes bairros superam 50% de todos relacionados pela amostra. A ocupação do solo urbano para fins produtivos apresenta-se de forma concentrada, especialmente na região central de Belo Horizonte. Os bairros do Centro, Barro Preto, Carlos Prates, Floresta, Lourdes e Santa Efigênia compreendem 78% dos pontos referenciados como locais de trabalho.

Seguindo a proposta de dimensionar a preferência dos indivíduos pela proximidade de suas residências do centro e do local de trabalho, foram gerados os dados de distância média entre os pontos indicados pela catalogação. A distância média entre a residência dos trabalhadores e o centro da cidade foi estimada em 2,45 quilômetros, demonstrando uma ligeira elevação do valor com

relação à média apresentada no primeiro qüinqüênio. A distância média entre o local de trabalho e a residência dos trabalhadores foi de 2,30 quilômetros, enquanto a distância média entre o local de trabalho e o centro da cidade alcançou o patamar de 1,04 quilômetros.

Considerada as disparidades entre os dados dos trabalhadores dos setores secundário e terciário, novamente percebe-se um maior afastamento em relação ao centro da cidade daqueles trabalhadores que estavam empregados no setor secundário. Similarmente, as empresas com atividades características do setor secundário também se apresentam relativamente mais distantes do centro da cidade do que as demais. Esta característica de localização menos centralizada das atividades do setor secundário e dos trabalhadores destas empresas configura ainda um cenário em que a distância média é menor do que a dos trabalhadores empregados em outros setores. Desta forma, os dados indicam que o distanciamento destas empresas e de seus trabalhadores em relação ao centro se processa em direções similares.

Observando os dados de distância média entre os pontos e considerados os agrupamentos salariais não foi possível indicar discrepâncias entre os níveis salariais. Diferentemente do observado no qüinqüênio anterior, o estrato salarial com maiores rendimentos apresentou médias superiores a dos outros estratos, que por sua vez apresentaram resultados muito semelhantes.

As distâncias médias apuradas por meio dos dados relativos ao segundo qüinqüênio podem indicar uma ligeira preferência pela proximidade do local de trabalho, em detrimento da proximidade do *CBD*, por parte dos trabalhadores empregados pelas unidades produtivas do setor secundário em Belo Horizonte. Esta assertiva é fortalecida pela comparação dos dados do primeiro e segundo qüinqüênios, propiciando uma percepção da dinâmica urbana e seu aspecto inserido nos traços gerais das teorias da localização residencial da *New Urban Economics*.

1951 a 1955. A respeito dos trabalhadores que compõe a amostra representativa deste período pode-se dizer que apresentam características similares a dos qüinqüênios anteriores. No entanto, algumas peculiaridades foram observadas e serão discriminadas. Do total de trabalhadores que estão inseridos no estrato, aproximadamente 29% destes eram mulheres e 71% eram homens. Tomando como base somente os períodos apresentados anteriormente, este é o qüinqüênio com a maior participação relativa de indivíduos do sexo feminino no conjunto analisado. Cerca de 59% dos trabalhadores da amostra estavam empregados no setor terciário, enquanto os trabalhadores do setor secundário somavam pouco mais de 41% do total. Estes dados fortalecem o fato de que o perfil das atividades econômicas desempenhadas em Belo Horizonte à época se sustenta nos âmbitos industrial, comercial e de serviços. Desta forma, é possível observar o afastamento das atividades de cunho primário do espaço urbano de Belo Horizonte. As atividades econômicas a serem destacadas são Hotelaria, Transporte Urbano e Alimentação no setor terciário e Construção Civil e Indústrias Têxtil, Calçadista e Alimentícia relativas ao setor secundário.

É interessante observar o crescimento da importância das empresas de transporte urbano para a dinâmica econômica da cidade neste período, uma vez que as administrações municipais à época concentraram esforços no fortalecimento da pluralidade dos meios de transporte de Belo Horizonte ante à insuficiência do tradicional sistema de bondes da cidade (FJP, 1996).

Os dados apresentam cenário para este período com pronunciada redução do salário mínimo médio dos trabalhadores de Belo Horizonte, que de 2,75 salários mínimos no período anterior é reduzida neste qüinqüênio ao patamar de 1,32. Sobre a desvalorização do salário médio das trabalhadoras, a redução foi de cerca de 30% relativo ao qüinqüênio anterior, atingindo o valor de 0,91 salários mínimos. Estas alterações provavelmente decorreram da política de valorização do salário mínimo que vigorou no Governo de Getúlio Vargas (IANNI, 1977). Uma regularidade persistente é a média de rendimentos, por parte dos trabalhadores do setor secundário, superior à média dos trabalhadores do setor terciário e, portanto, superior à média do mercado belo horizontino como um todo. O salário médio dos trabalhadores do setor secundário é 22% superior ao dos trabalhadores alocados no setor terciário.

Os aspectos de localização dos agentes no espaço urbano estão em consonância com os dados relativos aos qüinqüênios anteriores. É possível perceber dois vetores de concentração de residências à época, que juntos são responsáveis por quase um terço de todas as residências

relacionadas para o estrato: as regiões leste e noroeste. Estas regiões, por meio dos bairros Sagrada Família, Carlos Prates, Floresta, Padre Eustáquio, Santa Tereza e Santo André, destacam-se ao deter 7 dos 10 bairros mais citados como local de residência. Em comparação com os outros qüinqüênios, é notável a diminuição de residências declaradas na região centro-sul da cidade e no bairro Centro particularmente, que no primeiro qüinqüênio deteve o resultado mais expressivo em número de residências.

Outro aspecto a ser considerado como evidência de descentralização das residências é a declaração de residência em bairros que não eram relacionados nos qüinqüênios anteriores, ou seja, alguns trabalhadores quando da escolha por residência optaram pelos loteamentos mais recentes e mais distantes do centro da cidade. Especialmente no sentido da expansão das avenidas Amazonas e Presidente Antônio Carlos, concluídas no início da década de 1950, com a citação dos bairros Nova Suíssa, Prado, Alto Barroca, São Cristovão, Ipiranga e Cachoeirinha.

A distribuição das empresas no espaço urbano seguiu a tendência de centralização constatada para os qüinqüênios anteriores, especialmente das atividades do setor terciário, na região centro-sul e nos bairros que circundam a Avenida do Contorno. Apesar de o perfil de localização das empresas não ter sido alterado significativamente do segundo para o terceiro qüinqüênio, a ascensão da Cidade Industrial é sinalizada pelos dados. Inaugurada em 1946, nos limites municipais de Belo Horizonte e Contagem, não tendo esta assumido a dimensão de concentração industrial planejada para os primeiros anos, começa a emergir como um pólo concentrador de empresas, figurando inclusive entre os dez bairros mais citados como de instalação das atividades produtivas.

Voltando as atenções as estatísticas de distâncias médias entre os pontos selecionados para este estudo, os dados indicam incrementos em todas as vertentes da análise e acompanham a persistência da ocorrência destes incrementos ao confrontarmos os dados dos qüinqüênios anteriormente descritos. De maneira geral, a distância média entre o *CBD* e a residência do trabalhador atingiu a marca de 2,86 quilômetros, valor 17% maior do que o auferido no qüinqüênio anterior, enquanto a distancia média entre a residência do trabalhador e o local de trabalho registrou o valor de 2,82 quilômetros, configurando um aumento de 22%. Entre as distâncias calculadas, a que mais sofreu alteração foi a distância média entre o local de trabalho e o centro da cidade, um aumento de 33% e uma média de 1,39 quilômetros.

Analisando a influência da atividade econômica da empresa, confere-se que os valores médios das distâncias referentes aos trabalhadores que se ocupavam de posições em empresas do setor terciário são todos menores que a média. Em oposição, os valores médios auferidos para os trabalhadores do setor secundário apresentaram valores acima da média geral e, de forma mais contundente, apresentaram incrementos em relação ao período interior de 26% para a distância entre o *CBD* e a residência do trabalhador, 49% entre a residência e o local de trabalho e 70%, para a distância entre o local de trabalho e o centro. Estes valores manifestam um distanciamento das atividades primordialmente industriais para regiões menos próximas à região central da cidade.

Recorrendo á análise da participação da renda como fator decisivo para a localização residencial, percebe-se que a parcela dos trabalhadores que detinha rendimentos mensais superiores a três salários mínimos residia a uma distância média menor do que os outros dois grupos, em relação ao *CBD* e ao local de trabalho. Entre os grupos de menor renda observa-se resultado similar ao do segundo qüinqüênio, em que, na média, os trabalhadores de renda entre um e três salários mínimos residem a uma distância maior do centro e do local de trabalho do que os trabalhadores com renda inferior a um salário mínimo. Uma possível explicação para a persistência desta disparidade é o fato de que grande parte do grupo de renda intermediária está vinculado ao setor secundário, sendo que esta condição caracteriza, como descrito anteriormente, um cenário em que os trabalhadores naturalmente residem a uma distância maior do centro. O efeito da renda não tem demonstrado um caráter incisivo na configuração espacial urbana de Belo Horizonte de maneira a corroborar com as teorias da *New Urban Economics*. De toda maneira, deve-se considerar a complexidade da escolha residencial e a existência de outros fatores importantes para a composição da utilidade percebida pelos trabalhadores quando da maximização da mesma.

Síntese das informações relativas ao terceiro qüinqüênio, pode-se considerar que as principais tendências sinalizadas pela comparação anterior entre o segundo e o primeiro qüinqüênios são mantidas e emergem outros aspectos da dinâmica do espaço urbano da cidade. No mesmo sentido, há uma regularidade nos efeitos do gênero dos trabalhadores nos valores da renda e na quantidade de trabalhadores empregados.

1956 – 1960. Amostra de 378 indivíduos compõe o universo de análise para o período compreendido entre os anos de 1956 e 1960. O número de indivíduos do sexo masculino observado é de 292, configurando participação percentual superior a três quartos do total de indivíduos. Esta predominância de trabalhadores do sexo masculino vigorou, com pequenas variações, nos qüinqüênios anteriores. A distribuição dos indivíduos entre os setores econômicos apresenta equilíbrio entre os setores secundário e terciário e, como percebido nos qüinqüênios anteriores, um número muito reduzido de trabalhadores empregados por empresas do setor primário. O número de trabalhadores que se dedicavam a atividades secundárias somou 179, enquanto os trabalhadores do setor terciário alcançaram 195. O equilíbrio entre estes valores manifesta uma dinâmica econômica distinta da observada anteriormente. As atividades desempenhadas pelas empresas permanecem com perfil semelhante ao apresentado no qüinqüênio anterior, com destaque para o Transporte Urbano e Hotelaria liderando em número de observações no setor terciário, seguidos pelos Serviços Hospitalares, e os ramos de Construção Civil, Indústria Têxtil e Siderúrgica como os que apresentaram maiores números de empregados no setor secundário. A importância destacada da indústria siderúrgica para Belo Horizonte no período de análise deve ser considerada como a manifestação do início das atividades da Companhia Siderúrgica Mannesmann, nas proximidades da Cidade Industrial, em 1954.

Os dados referentes aos salários médios dos trabalhadores do qüinqüênio acompanham a tendência observada no período anterior e atingem o menor nível entre os apresentados pelos qüinqüênios analisados. O das trabalhadoras era de 0,72 salários mínimos, enquanto o salário médio dos homens superava ligeiramente a marca de 1,02 salários mínimos. Os salários médios conhecem redução de aproximadamente 22% em relação ao período anterior. É observada uma discrepância favorável aos trabalhadores do setor secundário que auferiam salários 17% superiores aos dos trabalhadores do setor terciário. Esta regularidade foi verificada nos quatro qüinqüênios anteriores, o que pode se configurar como um padrão para a época. Entre os motivos para os trabalhadores do setor secundário auferirem, na média, salários maiores que os dos demais trabalhadores deve ser considerada a demanda por profissionais com algum tipo de formação técnica ou conhecimento prático relacionado com as atividades industriais e adicionais trabalhistas em decorrência da insalubridade ou periculosidade das tarefas.

Quanto aos aspectos da dinâmica locacional e ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte, observa-se diversificação dos locais de residência dos trabalhadores e certo espraiamento das atividades produtivas. A respeito exclusivamente do aspecto residencial, as regiões leste e noroeste apresentam o maior número de trabalhadores residentes, em concordância ao verificado no terceiro qüinqüênio, e também destacam-se na relação bairros dos vetores de crescimento oeste e nordeste. Os bairros Centro, Santa Efigênia, Padre Eustáquio, Carlos Prates, Nova Suíssa, Sagrada Família e Santo André figuram no topo da lista de bairros com maior número de ocorrências de residências.

Quanto à localização das empresas estabelecidas em Belo Horizonte, o bairro Centro continua como destino predominante. No entanto, verifica-se tendência a decréscimo de importância da região central, posto que o número de empresas instaladas nesta região apresenta valores gradualmente menores. Frente a esta diminuição relativa da importância da região central da cidade, a Cidade Industrial figura como segundo destino mais comum para estabelecimento das empresas e a região do Barreiro de Baixo ganha importância com o início das atividades da Companhia Siderúrgica Mannesmann. Outras regiões que também tem número significativo de estabelecimentos são as regiões noroeste, oeste e leste, coincidindo com os dados de residências dos trabalhadores.

As distâncias médias calculadas para o período são as seguintes: 3,64 quilômetros entre a residência do trabalhador e o *CBD*, 3,59 quilômetros entre a residência do trabalhador e local de trabalho e 2,55 quilômetros entre o local de trabalho e o *CBD*. Ao lançar mão da dimensão setorial para identificar qualquer diferença entre o comportamento dos trabalhadores dos setores secundário e terciário, percebe-se um afastamento maior dos trabalhadores do setor secundário em relação ao centro e reforça-se o conceito discutido anteriormente de acompanhar o distanciamento das empresas que os empregam. Esta concepção fica mais clara ao evidenciarmos que as empresas do setor secundário distam do *CBD*, em média, uma quilometragem três vezes superior as do setor terciário.

Sobre o efeito da renda na localização dos trabalhadores, os dados não suportam uma pronunciada diferenciação de comportamento de escolha. Os grupos que compreendem os trabalhadores com rendimentos até três salários mínimos não apresentam dados discrepantes, as médias de distância estão muito próximas e não apresentam margem suficiente para indicar uma possível segregação. O grupo de renda superior a três salários mínimos apresenta uma leve discrepância em relação aos demais, especialmente com relação às distâncias médias da residência ao local de trabalho e do local de trabalho ao *CBD*. Os valores são bem superiores à média, mas dado o reduzido número de observações neste grupo não é possível tomar estas diferenças como um padrão ou referência.

Em síntese, o quarto qüinqüênio apresenta algumas diferenças nos padrões de localização das empresas em Belo Horizonte e algumas novas características do comportamento dos trabalhadores quando da escolha de localização residencial frente ao novo cenário de localização dos locais de trabalho. Grande parte das regularidades observadas ao longo dos quinze anos anteriores também se verifica neste estrato e é esperado que haja persistência nos qüinqüênios seguintes.

1961 a 1965. Para o período foram catalogados dados de 381 indivíduos, sendo que destes 78 eram do sexo feminino e 303 masculino. A predominância de trabalhadores do sexo masculino foi observada em todos os qüinqüênios analisados. Os trabalhadores selecionados atuavam em sua maioria em empresas do setor terciário, embora a predominância de empresas deste setor, observada especialmente nos três primeiros qüinqüênios, deu lugar a um cenário de equilíbrio entre as atividades deste setor e as do setor secundário. O crescimento do setor secundário deve-se primordialmente ao incremento de indústrias instaladas em Belo Horizonte, especialmente a partir da segunda metade da década de 1950, com a intensificação da instalação de empresas na Cidade Industrial. É interessante sinalizar que as atividades econômicas se diversificaram consideravelmente e apesar de algumas ainda se destacarem, tanto no setor secundário como no setor terciário, a importância relativa das mesmas para a economia da cidade diminui enormemente em relação aos dois primeiros qüinqüênios. Algumas atividades que se destacam são o Transporte Urbano, Hotelaria e Serviços Hospitalares no setor terciário e Construção Civil e as Indústrias Têxtil, Siderúrgica e Alimentícia no setor secundário.

Os últimos dois estratos apresentaram tendência à redução dos salários, em relação ao número de salários mínimos que estes representavam. Neste qüinqüênio, os dados apontam para um pequeno crescimento do salário médio para trabalhadores de ambos os sexos. A média para os trabalhadores do sexo masculino é de 1,15 salários mínimos, configurando uma valorização de 13 % em relação ao período anterior, enquanto a média para os do sexo feminino é de 0,76, um crescimento de 6%. Um efeito que persiste em todos os qüinqüênios é o efeito positivo do gênero masculino sobre os salários, que neste período se mostram em média 51% maiores. Outro aspecto que tem se mostrado capaz de influenciar o nível de renda dos trabalhadores é o setor econômico em que estão empregados. Em consonância com o observado nos qüinqüênios anteriores, entre os anos de 1961 e 1965 os trabalhadores do setor secundário auferiam salários 6% maiores que os trabalhadores do setor terciário.

Sobre as escolhas de localização residencial dos trabalhadores relacionados, percebemos um relativo espraiamento das regiões em que estabeleceram suas residências. Considerados os dados do qüinqüênio anterior, em que era possível perceber vetores de crescimento da cidade, no sentido de

número de habitações, no sentido das regiões norte, nordeste e oeste, percebemos que os dados deste qüinqüênio indicam um prolongamento destes vetores, atingindo bairros que anteriormente não eram listados como locais de residência dos trabalhadores. Ao longo do prolongamento da Avenida Amazonas até a região do Barreiro e Cidade Industrial e ao longo do prolongamento da Avenida Presidente Antônio Carlos até a região de Venda Nova é identificado um aumento no número de observações em bairros atendidos por estas avenidas.

Os bairros que apresentam um maior número de trabalhadores listados ainda são os que compõem as regiões noroeste, leste e centro-sul. Um dado que vai de encontro com o crescimento da atividade produtiva na Cidade Industrial é a declaração de residências na região da Cidade Industrial e do bairro Inconfidentes, no município de Contagem, indicando a capacidade das unidades produtivas de direcionar, pelo menos em parte, as escolhas de localização residencial de seus empregados. As regiões de característica concentração de unidades produtivas permanecem sendo a região centro-sul e a região da Cidade Industrial e do Barreiro. Conjuntamente elas eram local de estabelecimento de 52% das empresas deste qüinqüênio e somadas às regiões noroeste e leste compreendem os locais de residência de 65% dos trabalhadores.

Avançando na perspectiva da escolha de localização residencial, as distâncias médias entre os pontos eleitos acompanham uma tendência que tem sido evidenciada ao longo das análises dos qüinqüênios anteriores. Considerados todos os indivíduos que tiveram seus dados catalogados, a distância média entre a residência dos mesmos e o *CBD* é de 4,25 quilômetros, entre a residência e o local de trabalho é de 3,99 quilômetros e entre o *CBD* e o local de trabalho é de 2,97 quilômetros. Todas estas distâncias apresentam aumento em suas magnitudes acima dos 10% ao compararmos com os valores do qüinqüênio anterior.

Os trabalhadores do setor secundário têm demonstrado, ao longo da pesquisa, uma propensão maior a se distanciar da região central da cidade, acompanhando o distanciamento verificado por parte das empresas do setor. Apesar de manterem médias de distância entre a residência e o local de trabalho superiores à dos trabalhadores do setor terciário, proporcionalmente esta distância é menor do que a distância entre a residência e o centro da cidade em relação aos trabalhadores de outro setor. Em números, para os trabalhadores do setor secundário a distância média entre a residência e o *CBD* é de 5,07 quilômetros, enquanto a distância entre a residência e o local de trabalho é de 4,35 quilômetros. Por fim, a distância entre o *CBD* e o local de trabalho é de 3,96 quilômetros. Uma curiosidade é o fato de que as distâncias médias entre a residência e o local de trabalho e entre o *CBD* e o local de trabalho praticamente não se alteraram em relação ao período anterior, em contraponto a distância média entre a residência e o *CBD* que sofreu um acréscimo de cerca de 25%. Para os trabalhadores do setor terciário, estas médias estão cerca de 60% inferiores e consolidam a perspectiva de escolha por regiões mais centrais da cidade em função da localização das empresas e do *CBD*.

Ao investigar o efeito exclusivo da renda sobre as distâncias médias configuradas pela escolha dos trabalhadores encontramos dados que apresentam um cenário similar ao encontrado no qüinqüênio anterior. Considerados os valores referentes aos trabalhadores que recebiam menos de um salário mínimo por mês e os trabalhadores que recebiam três ou mais salários mínimos mensalmente, observa-se que para o último grupo as distâncias são consideravelmente menores do que para o primeiro grupo. Pode-se inferir que com o aumento da renda os trabalhadores optavam por uma localização mais próxima ao *CBD* e ao local de trabalho, manifestando assim uma preferência por residir nos arredores dos locais de trabalho e do próprio *CBD*. Este cenário assemelha-se com o descrito por Richardson (1978) à respeito das cidades em países desenvolvidos, em que o centro se mostra como um polarizador das residências. Por outro lado, o estrato intermediário de nível salarial apresenta valores superiores aos do estrato inferior e pode-se recorrer ao mesmo argumento apresentado para esta ocorrência no qüinqüênio anterior.

1966 a 1970. Os dados referentes ao último período de análise são baseados na catalogação de informações provenientes de 381 processos, dos quais 94 dizem respeito a indivíduos do sexo feminino e 287 a indivíduos do sexo masculino. A participação das mulheres corresponde a aproximadamente 25% do total, sendo o segundo valor mais alto entre todos os qüinqüênios. Apesar

do crescimento da participação das mulheres, não há indícios de que se trata de uma regularidade e não se pode afirmar que este crescimento era esperado considerado os dados dos qüinqüênios anteriores. Os trabalhadores selecionados para este estrato atuavam em sua maioria no setor terciário, que empregava 59% dos indivíduos relacionados, mas o setor secundário também tem importância destacada ao empregar os 41% restantes. Para este qüinqüênio não há nenhum registro de trabalhador no setor primário.

Uma característica da composição do setor terciário de Belo Horizonte à época é a grande diversidade de atividades desempenhadas pelas empresas. Apesar do Transporte Urbano e os serviços de Hotelaria e Alimentação terem relativo destaque na composição do setor, serviços diversos e uma variedade imensa de atividades comerciais condicionam a pouca importância relativa das atividades que lideram em número de observações. O setor secundário, bem como o setor terciário, apresentam grande diversidade de atividades. No entanto, esta diversidade que atingiu seu auge no quarto qüinqüênio apresentou taxas de decréscimo próximas a 10% até o qüinqüênio final. As atividades com maior destaque no setor continuam sendo a Construção Civil e as Indústrias Têxtil, Siderúrgica e Alimentícia. Outra atividade que reconquista importância neste último qüinqüênio é a Indústria Calçadista, que apresentava número elevado de trabalhadores na amostra e havia perdido importância relativa no decorrer dos dois qüinqüênios anteriores. A composição da indústria de Belo Horizonte entre as décadas de 1940 e 1960 espelhava o perfil regional da indústria mineira, em que os ramos tradicionais de bens de consumo não-duráveis compunham com ramos de intermediários o quadro dominante (PAULA e MONTE-MÓR, 2004; BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, 1968).

A respeito dos salários médios dos trabalhadores, foram observadas médias de 1,45 salários mínimos para os homens e 0,93 para as mulheres, um aumento percentual de 27 pontos para os trabalhadores do sexo masculino e 22 pontos para os do feminino. Estes valores revertem à tendência de decréscimo observadas nos dois últimos períodos, em especial devido ao crescimento ter sido generalizado e atingido todos os setores econômicos e gêneros de trabalhadores. Entre todos os qüinqüênios, este apresentou a menor disparidade entre os salários dos trabalhadores dos setores secundário e terciário. Este equilíbrio se deve, em grande medida, ao crescimento acima da média dos salários dos trabalhadores do setor terciário, que se elevaram em média 27% em detrimento dos 22% de crescimento no setor secundário.

Com relação aos aspectos de ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte, verifica-se certo abrandamento das disparidades encontradas em qüinqüênios anteriores. A relativa preferência dos trabalhadores pelas regiões noroeste, leste e centro-sul, percebida principalmente nos dois qüinqüênios imediatamente anteriores, dá lugar a um equilíbrio maior entre as regiões da cidade, com ascensão de bairros da região nordeste, norte e oeste. De toda forma, os bairros que merecem destaque pelo número de trabalhadores residindo em sua área são Santa Efigênia, Padre Eustáquio, Carlos Prates, Centro, Nova Suíssa, Sagrada Família e Cachoeirinha.

Sobre a localização das empresas, a preferência das mesmas pela região central ou, no caso das empresas do setor secundário, pela Cidade Industrial e Barreiro, conferem à análise dos dados a confirmação destas duas regiões como centros polarizadores. Conjuntamente estas regiões abrigavam mais de 50% de todas as empresas contidas nesta amostra e indicam um possível cenário de uma cidade multicêntrica, assim como elaborado em teorias da *New Urban Economics*.

A perspectiva proporcionada pela análise das distâncias médias calculadas a partir dos pontos de interesse é muito similar ao que foi observado no qüinqüênio anterior. Apesar do crescimento generalizado das distâncias médias para os trabalhadores de todos os setores e atividades, as principais proporções e discrepâncias entre setores são mantidas, assim como as considerações a respeito das manifestações de preferências por parte dos trabalhadores.

Os valores referentes às distâncias médias para este qüinqüênio são de 5,14 quilômetros para a distância entre a residência e o *CBD*, 4,45 quilômetros para a distância entre a residência e o local de trabalho e, por fim, 3,11 quilômetros entre o local de trabalho e o *CBD*. Ao segmentar a análise, considerando o setor econômico de atividade da empresa, observa-se a persistência do comportamento dispare entre os trabalhadores dos setores secundário e terciário. As distâncias

médias dos trabalhadores do setor secundário são 33%, 22% e 204%, respectivamente, maiores que as dos trabalhadores do setor terciário. Por outro lado, assim como apontado no qüinqüênio anterior, proporcionalmente os trabalhadores do setor secundário manifestam com mais intensidade a preferência pela proximidade do local de trabalho em detrimento da proximidade em relação ao *CBD*. Enquanto os trabalhadores do terciário residem, em média, a uma distância do *CBD* 6% maior que à distância do local de trabalho, este valor chega ser 22% maior para os trabalhadores do setor secundário.

Outro aspecto evidenciado nos dados é o efeito negativo da renda com relação ao valor das distâncias médias. Diferentemente do observado no qüinqüênio anterior, o efeito da renda segue um padrão bem definido em que os grupos com maior nível de renda tem acesso a residências que são mais próximas do *CBD* e do local de trabalho, enquanto os trabalhadores com rendimentos inferiores a um salário mínimo apresentam a maior distância média entre o local de residência e o *CBD*.

Um balanço da dinâmica urbana de Belo Horizonte referida na *New Urban Economics*

Para uma melhor condução das discussões em torno dos distintos aspectos da dinâmica espacial urbana, serão considerados os seguintes temas: preferência dos agentes pela proximidade ao *CBD*, preferência dos agentes pela proximidade ao local de trabalho, transporte como determinante e evidência de múltiplos *CBD*'s. Assim como foi enunciado, grande parte das premissas que permitiram o desenvolvimento dos modelos da *New Urban Economics* são dificilmente observadas nos grandes centros urbanos e podem significar uma quantidade de simplificações que limita a capacidade de projetar resultados que exprimem uma realidade historicamente concreta. De toda forma, a proposta de análise é a de concentrar apenas nas percepções intuitivas proporcionadas pelos autores da *New Urban Economics*.

A concepção de um centro em que todo o espaço seria empregado para fins produtivos e que, portanto, não haveria convivência entre as atividades produtivas e domicílios não compreende alguns aspectos básicos do planejamento de Belo Horizonte. No entanto, afastar qualquer análise acerca das características básicas do *CBD* ou das inferências realizadas pelos autores da *New Urban Economics* seria contraproducente. Dada a incipiência de pesquisas similares a este estudo, qualquer traço superficial deve ser considerado e analisado, mesmo que em parcial discordância com aspectos do corpo teórico. Diante dos principais resultados da pesquisa, podemos afastar da análise a condição de zoneamento exclusivo utilizada pela maioria dos autores da *New Urban Economics*, tendo em vista a não configuração de *CBD* nos moldes da referida teoria. Outros aspectos apontados no modelo generalista da *New Urban Economics* também devem ser descartados no curso da análise.

A década de 1940. O primeiro aspecto destacável é a concentração da população nas regiões centro-sul, leste e noroeste da capital durante a década de 1940. Os bairros com maior número de observações na amostra para o período pertenciam a estas regiões e reforçam a idéia de que desde sua criação no centro de Belo Horizonte conviviam atividades produtivas e espaços para habitação. Da mesma forma que estas regiões abarcavam grande parte das habitações à época, também o faziam para as atividades produtivas. Não era exclusividade da região central da capital o uso do espaço urbano para fins produtivos e assim como Iglesias (1987) reconhece a importância da Companhia Renascença Industrial, instalada no que posteriormente foi denominado bairro Renascença, para o desempenho da indústria têxtil belo horizontina no início da década, os dados apontam para um número relativamente expressivo de trabalhadores cujo local de trabalho declarado remetia a esta mesma região. Neste sentido, constata-se a ausência de zoneamento exclusivo e a configuração de um *CBD* nos moldes da *New Urban Economics*.

É possível afirmar que, segundo as análises provenientes da base de dados, o maior distanciamento em relação ao centro das atividades do setor secundário em comparação com os estabelecimentos do setor terciário manifesta uma incompatibilidade do desempenho de atividades de indústria pesada com as características da região central da cidade. Pode-se inferir que este efeito influencia determinantemente uma configuração de ocupação espacial por parte das atividades

produtivas que não partilha das mesmas características do modelo de *CBD* da *New Urban Economics*, de forma semelhante ao concebido por White (1976).

Outro aspecto da *New Urban Economics* presente na cidade de Belo Horizonte na década de 1940 é a emergência de um novo centro polarizador e concentrador de atividades produtivas em um mesmo município. A Cidade Industrial é planejada pelos governos estadual e municipal com o intuito de servir como *cluster* produtivo e referência industrial para o estado de Minas Gerais. A opção por construir a Cidade Industrial nos arredores da cidade de Belo Horizonte configura a inclusão de uma nova região a ser considerada central pelos trabalhadores. Apesar desta relação entre os modelos de cidades multicêntricas desenvolvidos por autores da *New Urban Economics*, em especial a contribuição de Fujita e Ogawa (1980), e as pretensões governamentais confirmadas por Diniz (1981), Costa (1983), Iglésias (1987), Matos (1992) e Dulci (1999), a Cidade Industrial não demonstra na década de 1940 a capacidade de emergir enquanto centro similar ao modelo de *CBD* da *New Urban Economics*.

A concentração da população de Belo Horizonte nas regiões leste, centro-sul e noroeste leva a reflexão sobre uma possível manifestação de preferências, por parte dos habitantes da cidade, por característica(s) inerente(s) a estas regiões. Uma das possíveis congruências entre a teoria e a realidade é o papel do transporte na escolha de localização residencial. Assim como enunciado por Wingo (1961), o transporte desempenha papel crucial para a dinâmica do espaço urbano e sua função de permitir o acesso ao local de trabalho para aqueles que dependem desse serviço urbano, portanto como fato a configurar um possível direcionador das escolhas dos agentes. Percebendo utilidade em se localizar nas principais rotas de atendimento do transporte urbano e minimizar os custos de transporte que reduziriam seu salário líquido, novamente em referência ao artigo de Wingo (1961), os habitantes de Belo Horizonte demonstram preferência por regiões que eram cobertas pelo sistema de bondes, que atendiam o transporte entre as regiões mais tradicionais da cidade. Não por acaso, mais de 80% das empresas relacionadas na amostra para o período estão situadas às margens dos trilhos dos bondes, o que fortalece o acesso a transporte enquanto fator de preferência pelos habitantes da cidade.

Em torno das preferências dos indivíduos, dedicamos parte das seções anteriores para analisar as distâncias médias entre a residência dos trabalhadores e um possível referencial de *CBD*, entre a residência dos trabalhadores e o local de trabalho e entre o local de trabalho e o *CBD*. Para a década de 1940 não é possível indicar se há uma preferência por estar localizado próximo à região central da cidade ou ao local de trabalho. Em parte, pode-se atribuir esta dificuldade em apreender qualquer preferência ao fato da concentração de atividades produtivas na região central da cidade, desta forma a distância entre o hipotético *CBD* e o local de trabalho é diminuta e polui o vislumbre de alguma preferência neste sentido. Richardson (1978) indica que para cidades em países em desenvolvimento é esperada preferência pelas proximidades à região central, como forma de garantir acesso à aparelhagem urbana, portanto em consonância com o reconhecimento de Costa (1994) em relação à precariedade da oferta de infra-estrutura nas regiões menos centrais da capital, desde as primeiras décadas. De qualquer forma, parece que não há indícios suficientes para confirmar ou descartar tal preferência para Belo Horizonte neste período.

É baixa a relevância dos diferentes níveis de renda no que se diz respeito à localização residencial no espaço urbano. Deve-se reconhecer que apesar dos trabalhadores serem esmagadora maioria da população belo horizontina, empresários, autônomos e outras profissões sem vínculo empregatício não são contempladas pelos processos referentes à Justiça do Trabalho. Desta forma, é possível que o efeito da renda no acesso às áreas privilegiadas do espaço urbano esteja subestimado para esta secção da população total. Todavia, não se pode desconsiderar a importância majoritária das classes menos abastadas para a configuração do espaço urbano de Belo Horizonte.

Uma última consideração a respeito da década de 1940 relaciona-se ao fato de que a base de dados indica uma remuneração média dos trabalhadores do setor secundário superior a dos trabalhadores do setor terciário, sendo esta relação passível de várias considerações. Durante os 30 anos analisados neste estudo os trabalhadores de Belo Horizonte arcavam com suas despesas com transporte, pela inexistência de complemento salarial especificamente destinado a esse dispêndio.

Tendo percebido um distanciamento maior das empresas do setor secundário em relação a região central da cidade, com relação aos demais estabelecimento produtivos, podemos inferir que uma possível razão para esta média de salários superior é, na verdade, uma forma de compartilhar com o trabalhador os custos de transporte entre a residência e o local de trabalho.

Em síntese, os habitantes de Belo Horizonte na década de 1940 apresentavam traços de comportamento levemente similares aos considerados pela *New Urban Economics*. Podemos indicar a importância do transporte coletivo e a noção de salário líquido desenvolvido por Wingo (1961) como um forte indício da preferência dos trabalhadores por localizações residenciais em áreas bem atendidas pela infra-estrutura viária. Ainda que parcialmente manifestada, é possível esperar a preferência dos trabalhadores por estabelecer residência nas adjacências do local de trabalho, uma vez que a distancia média entre a residência do trabalhador e o local de trabalho apresenta menores valores do que a distância média entre a residência do trabalhador e o *CBD* para ambos os qüinqüênios relativos a esta década.

A década de 1950. Este período apresenta muitas similaridades com a década anterior, especialmente no que concerne a preferências dos habitantes de Belo Horizonte por residir próximo ao *CBD* e ao local de trabalho. A esta altura, devemos considerar que estas preferências não são necessariamente incompatíveis. Ao recorrermos aos dados provenientes da base de dados é possível perceber que as atividades do setor terciário ainda estão muito concentradas no interior da Avenida do Contorno e, desta forma, escolher entre a proximidade do local de trabalho e o *CBD* não é uma tarefa complexa para um trabalhador do terciário que não precisará optar por uma das preferências.

As regiões de destaque, com maior incidência de residências declaradas, ainda são as regiões noroeste, leste e centro-sul. Todavia, os dados indicam uma tendência ao desenvolvimento de outras regiões enquanto concentradoras de residências. Assim como argumentado por Haddad (1968), Costa (1983) e Iglésias (1987), a ampliação das avenidas Amazonas e Presidente Antônio Carlos configuram o cenário para o desenvolvimento das regiões oeste, em direção à Cidade Industrial, e norte, em direção ao complexo de lazer da Pampulha. Ambas as regiões começam a ganhar expressão na segunda metade da década de 1950 e atraem significativo número de novas residências.

Em concordância com a perspectiva de fácil acesso às rotas viárias e, conseqüentemente, transporte coletivo, há uma evidência, assim como percebido no período anterior, de preferência pelo estabelecimento em regiões que permitem o fácil trânsito. Por outro lado, a existência de um centro polarizador de mão-de-obra no vetor oeste da cidade (Cidade Industrial) e o desenvolvimento de novas áreas industriais e comerciais na região norte e nordeste indicam que este movimento dos habitantes de Belo Horizonte em direção a estas regiões pode ser uma combinação de fatores preferenciais. O acesso e proximidade ao trabalho passam a ser mais valorizados, em resposta ao crescente valor dos terrenos mais próximos ao *CBD* e a ampliação dos espaços ocupados para fins produtivos. Podemos recorrer a Fujita e Ogawa (1980) para compreender a possibilidade da concorrência entre *CBD*'s que dividem o mesmo espaço urbano e novamente a Wingo (1961) para reforçar a preferência dos trabalhadores por salários líquidos maiores em detrimento de maior proximidade ao *CBD* original. O transporte urbano por meio de ônibus coletivo permitiu que os trabalhadores se instalassem a uma distância maior do *CBD* ou de uma via de fluxo natural para o centro. O aumento das linhas acompanhou o crescimento da população e do espaço urbano de Belo Horizonte (FJP, 1996).

A migração, fator ressaltado por vários autores, tem papel fundamental na configuração espacial da cidade de Belo Horizonte. O lançamento de novos loteamentos realizou-se, em grande medida, pelo método de secção de uma gleba rural em vários lotes menores a serem comercializados. Esta característica peculiar do desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte confere uma dinâmica muito maior às escolhas residenciais dos trabalhadores, que recém chegados à capital deviam estabelecer suas preferências e optar por uma dada localização sem participar efetivamente da disputa por lotes em regiões mais próximas ao tradicional centro da cidade. Outro aspecto relativo a esta peculiaridade é a dificuldade em perceber diferenças de padrões de localização dos indivíduos com a mesma renda salarial. Os trabalhadores estabelecidos mais

remotamente em Belo Horizonte dispuseram de um mercado imobiliário menos competitivo, a lhes proporcionar a possibilidade de com a mesma renda de um recém chegado à cidade sustentar localização privilegiada em relação à região central da capital mineira.

As análises proporcionadas pela base de dados indicam tendência a um espaçamento cada vez mais pronunciado da localização das atividades produtivas, bem como a distância média entre o local de trabalho e o *CBD* acompanha o crescimento da distância entre a residência do trabalhador e o *CBD*. Este afastamento que persiste nos qüinqüênios analisados para este período pode indicar uma leve preferência dos trabalhadores pelos lotes comercializáveis nas proximidades do local de trabalho, uma vez que o crescimento ocorre também na distância entre a residência e o local de trabalho, mas sem comprometer a persistência em valores inferiores da distância média entre a residência e o *CBD*. Com o aumento significativo da importância da Cidade Industrial no contexto do mercado de trabalho belo horizontino, muitos empreendimento imobiliários se desenvolvem ao seu redor. Pode-se sugerir que ao fim da década de 1950 a Cidade Industrial se consolida como um novo *CBD* na cidade de Belo Horizonte, transformando a cidade em uma cidade não-monocêntrica (FUJITA e OGAWA, 1980).

O que coloca Belo Horizonte na posição de cidade não monocêntrica em detrimento de cidade multicêntrica é o fato de que a consolidação da Cidade Industrial não extingue a força de atração de outras regiões com menor adensamento de oferta de empregos, como é o caso da indústria que se desenvolve ao longo da Avenida Presidente Antônio Carlos, entre meados da década de 1950 e meados da década seguinte. Esta característica afasta Belo Horizonte das análises desenvolvidas por Hartwick e Hartwick (1974) e Papageorgiou e Casetti (1971), que investiram na compreensão de cidade multicêntricas.

A década de 1960. Trata-se de período de consolidação das tendências observadas nas décadas anteriores, embora a população de Belo Horizonte quase dobre de tamanho entre 1960 e 1970 e a cidade experimente novos movimentos na dinâmica urbana. Como afirmado anteriormente, a década de 1960 responde pela culminância da escalada da cidade de Belo Horizonte em direção ao posto de referência regional, tanto no aspecto comercial como industrial. O parque industrial de Belo Horizonte contava com uma diversidade de indústrias como nenhum outro parque de Minas Gerais (IGLÉSIAS,1987).

A Cidade Industrial assenta-se como um centro polarizador de residências, desde a modesta aparição entre os bairros com estabelecimentos com fins produtivos nos dados catalogados para a década de 1940, até assumir o segundo posto de bairro mais citado como local de estabelecimento na década de 1960. A expansão da Avenida Amazonas deflagrou o crescimento dos bairros cortados pela mesma, criando um vetor de crescimento e direcionamento de ocupação residencial. De maneira similar, as regiões norte e nordeste apresentam um crescimento de importância tanto para o estabelecimento de unidades residenciais como local de escolha de comerciantes e indústrias leves.

As preferências dos habitantes de Belo Horizonte, que se mostraram menos pronunciadas até o período anterior, passam ganhar destaque e tendente para a preferência por localizar-se próximo ao local de trabalho. Os trabalhadores do setor secundário que já haviam apresentado valores médios superiores aos do setor terciário em praticamente todas as apurações, distanciam-se pronunciadamente do *CBD* tradicional configurado pela Praça Sete de Setembro e, apesar de terem se distanciado, em valor absoluto, do local de trabalho, aumentam a discrepância entre os valores. Vale pontuar que é imprudente afirmar que este distanciamento ocorre pela manifestação de um único fator, opta-se por considerar apenas a regularidade como a manifestação de suas preferências.

Uma persistência ao longo das décadas analisadas é a insuficiência do nível de renda para determinar o acesso às regiões mais próximas ao *CBD*. Apesar de resultados que indicam valores menores para classes mais abastadas, o crescimento da cidade baseado primordialmente na migração cria um cenário completamente diverso e, como argumentado na seção anterior, impossibilita uma conclusão mais incisiva.

A possibilidade de considerar Belo Horizonte passível de análise padrão segundo as teorias da *New Urban Economics* fica cada vez mais distante com a verificação de uma estrutura não-monocêntrica e, mais decisivamente, com a dificuldade em se observar a configuração de um *CBD*

sob a égide da corrente teórica eleita. Não obstante, o caso de Belo Horizonte para os anos de 1941 a 1970 encaixa-se em algumas linhas de argumentação da *New Urban Economics*. As contribuições de Fujita e Ogawa (1980), em que não há eleição de um ponto específico para ser considerado como *CBD*, e a destacada importância do transporte urbano na escolha dos indivíduos por localização residencial, enunciada por Wingo (1961). Pode-se também recorrer a uma extensão do modelo de Beckman (1976), de modo a contemplar os dois setores econômicos que predominam neste período, secundário e terciário, em detrimento de singularizar a atividade do setor produtivo na cidade.

Considerações Finais

O estudo evidenciou a complexidade da discussão em torno da dinâmica da ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte. Se, por um lado, a ausência de um modelo rígido para análise da base de dados permitiu compreensão mais ampla de vários aspectos da escolha por local de residência dos trabalhadores, por outro, viu-se a possibilidade de discutir mais intensamente cada característica do trabalhador enquanto possível determinante da escolha do mesmo.

De forma geral, constatou-se alguns aspectos primordiais do comportamento dos agentes quando das escolhas por localização. Pode-se destacar a congruência das informações bibliográficas e da base de dados no que se refere às vertentes de crescimento da cidade e a criação e ocupação de bairros de Belo Horizonte ao longo das três décadas. De maneira semelhante, observa-se a mesma congruência no que diz respeito à importância adquirida pela Cidade Industrial ao longo dos anos e seu papel enquanto pólo de atração de unidades habitacionais. Estas observações permitem conceber várias conexões com as teorias compreendidas pela *New Urban Economics*, como a importância do sistema de transportes para o crescimento de determinadas regiões e para a determinação das escolhas dos agentes, como sinalizado por Wingo (1961), e a emergência de um modelo de cidade que abriga mais de um *CBD*, com características semelhantes às apresentadas por Fujita e Ogawa (1980).

Outra observação a ser destacada é a confirmação de que o crescimento da cidade e a concorrência mais acirrada do mercado imobiliário acabaram por afastar os trabalhadores das regiões mais privilegiadas da capital mineira, conferindo à dinâmica urbana de Belo Horizonte um caráter de segregação, em consonância com Alonso (1964).

Tendo em vista a originalidade da análise e a construção e utilização de uma base de dados inédita pode-se considerar que as principais discussões levantadas por este trabalho podem render novas reflexões e tentativas de se estabelecer com êxito relações entre as intuições apresentadas pela *New Urban Economics* e a cidade de Belo Horizonte.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, P. *Mercado e Ordem Urbana: do caos à teoria de localização residencial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ALONSO, W. *Location and Land Use.* Cambridge: Harvard University Press, 1964.

ANDRADA, M. F. *Avenidas de Belo Horizonte.* Tese de Livre Docência, Escola de Arquitetura, UFMG. Belo Horizonte, 1962.

ARREGUY, C. A. C.; RIBEIRO, R. R.(Coord.) *Histórias de bairros de Belo Horizonte***.** Belo Horizonte, Arquivo Publico da Cidade de Belo Horizonte, 2008.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. *Diagnóstico da Economia Mineira*. Belo Horizonte: BDMG, 1968. 6 v.

BECKMANN, M. J. Spatial Equilibrium in the Dispersed City. In: G.J. Papageorgiou *Mathematical Land Use Theory*. Lexington: Lexington Books, 1976

COSTA, H.S.M. *The production of popular residential land developments in Belo Horizonte, Brazil.* Tese de Mestrado. Londres, Architectural Association, 1983.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.* Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

FJP, Centro de Estudos Históricos e Culturais, *Omnibus – Uma História dos Transportes Coletivos em Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996

HADDAD, P. R. (Org.). *Relatório de Pesquisa Sôbre a Área Metropolitana de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1968.

HARTWICK P.G.; HARTWICK J.M *Efficient Resource Allocation in a Multinucleated City with Intermediate Goods.* Quarterly Journal of Economics, 88(1974)

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).* 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IGLÉSIAS, F.; Trajetória e significado de Belo Horizonte. In:PERPÉTUO, F.A.O.; CORRÊA, L.E.M. (Coord.). *Memória da Economia da Cidade de Belo Horizonte,* Belo Horizonte: Formato, 1987.

MATOS, R. E. S.; *Evolução urbana e formação econômica de Belo Horizonte.* Belo Horizonte, CEDEPLAR(Texto para discussão), 1992.

MILLS, E.S. Studies in the Structure of the Urban Economy. Baltimore: The John Hopkins Press, 1972

MILLS, E.S.; MACKINNON, J. *Notes on the New Urban Economics.* Bell Journal of Economics and Management Science, 4(1973)

MUTH, R. F. *Cities and housing.* University of Chicago Press, 1969.

OGAWA, H.; FUJITA, M. *Equilibrium Land Use Patterns in a Nonmonocentric City.* Journal of Regional Science, 20(1980)

PAPAGEORGIOU, G.J.; CASETTI, E**.** *Spatial Equilibrium Residential Values in a Multicentric Setting.* Journal of Regional Science, 11(1971)

PAULA, João Antônio de; MONTE-MÓR, Roberto. "Três momentos da História de Belo Horizonte". Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2004

PLAMBEL. *Caracterização da população favelada.* Belo Horizonte, 1980.

PLAMBEL. *O desenvolvimento econômico e social da Região Metropolitana de Belo Horizonte.* Belo Horizonte, 1974

PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970.* Belo Horizonte, 1977.

RICHARDSON, H. W. *Economia Urbana.* Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

RICHARDSON, H. W. *The New Urban Economics.* Londres: Pion Limited, 1977.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

WHITE, M.J. *Firm Suburbanization and Urban Subcenters.* Journal of Urban Economics, 3(1976)

WINGO, L. W. *Transportation and Urban Land.* Washington D.C.: Resources for the Future, 1961.

Apêndice – Ilustrações do processo de ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte

As figuras seguintes foram desenvolvidas para representar a ocupação do espaço urbano para fins residenciais e produtivos. O polígono de coloração alaranjada corresponde a área ocupada pelos habitantes de Belo Horizonte para fins de habitação. O polígono formado pelos vértices de coloração amarela representa a área em que se observa a presença de atividades produtivas. Finalmente, construiu-se um polígono de coloração esverdeada para sinalizar os limites da Avenida do Contorno, correspondendo aos limites da área urbana planejada por Aarão Reis ao fim do século XIX. Para sinalizar a localização do hipotético *CBD* eleito para este trabalho, em todas as ilustrações a Praça Sete de Setembro está representada pelo ponto de cor verde.

Figura 1 - Ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte - 1941 a 1945

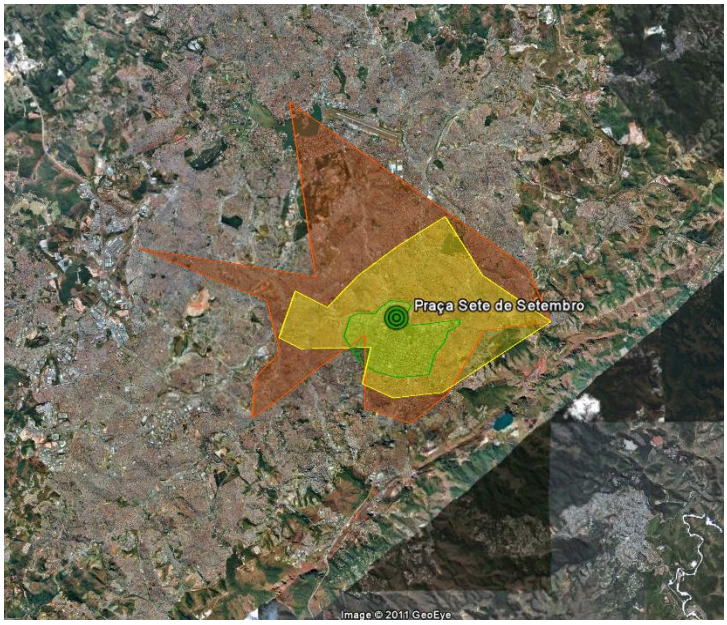

Figura 2 - Ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte - 1946 a 1950

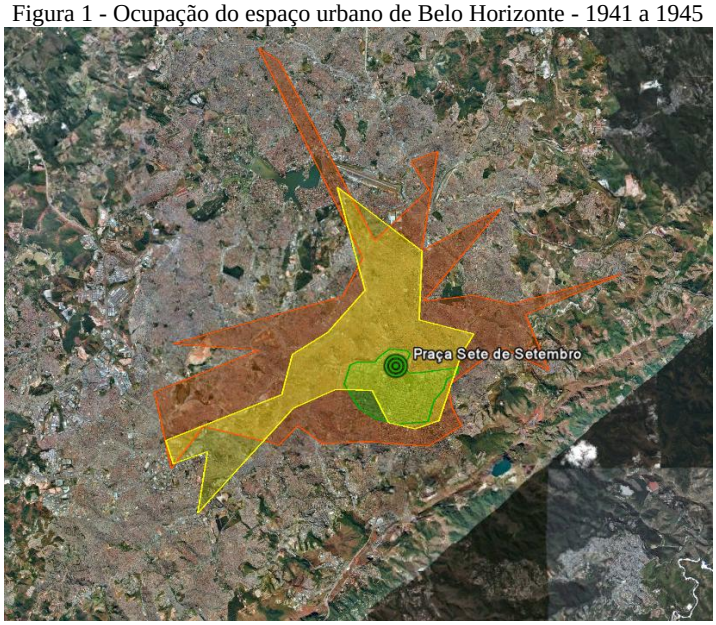

Figura 3 - Ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte - 1951 a 1955

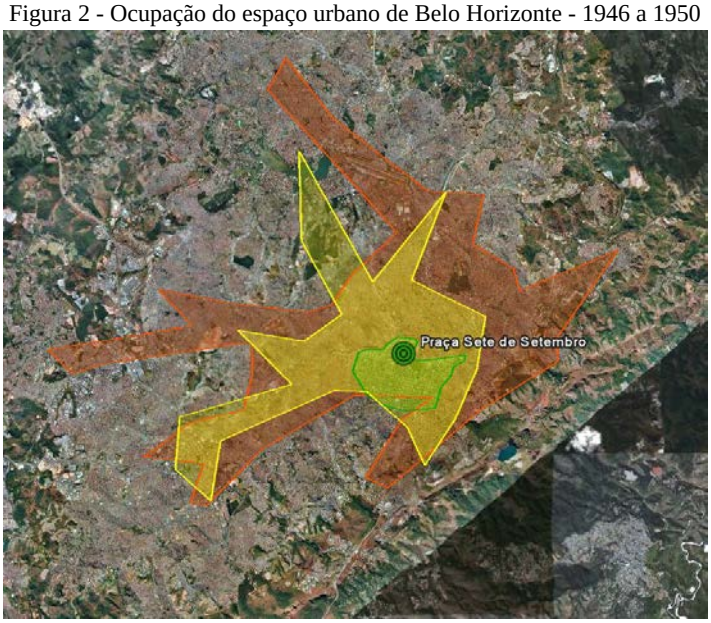

Figura 4 - Ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte - 1956 a 1960

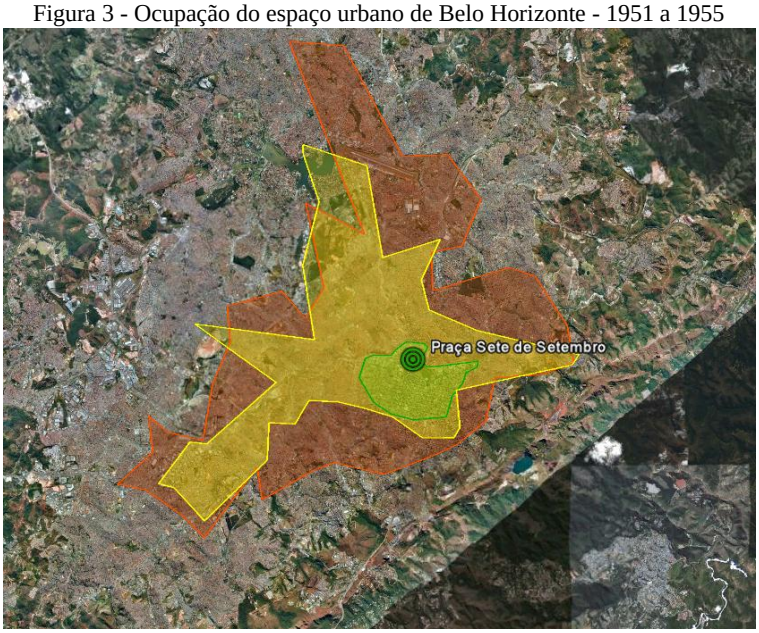

Figura 5 - Ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte - 1961 a 1965

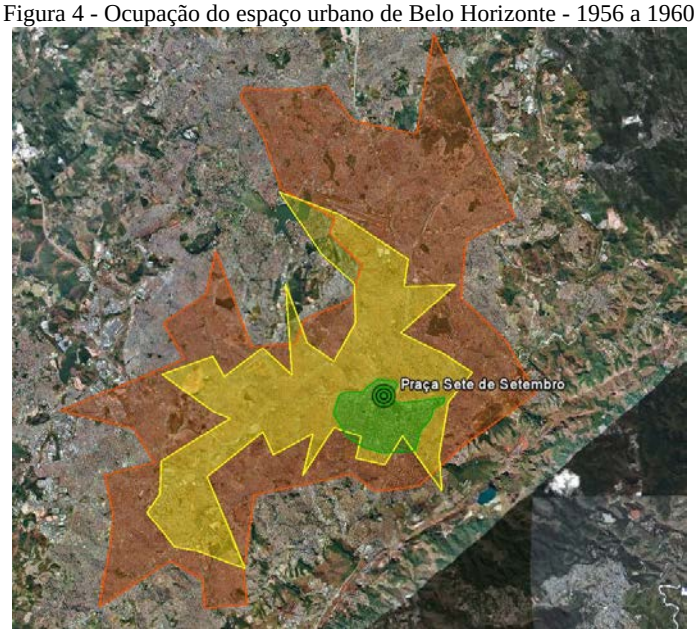

Figura 6 - Ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte - 1966 a 1970